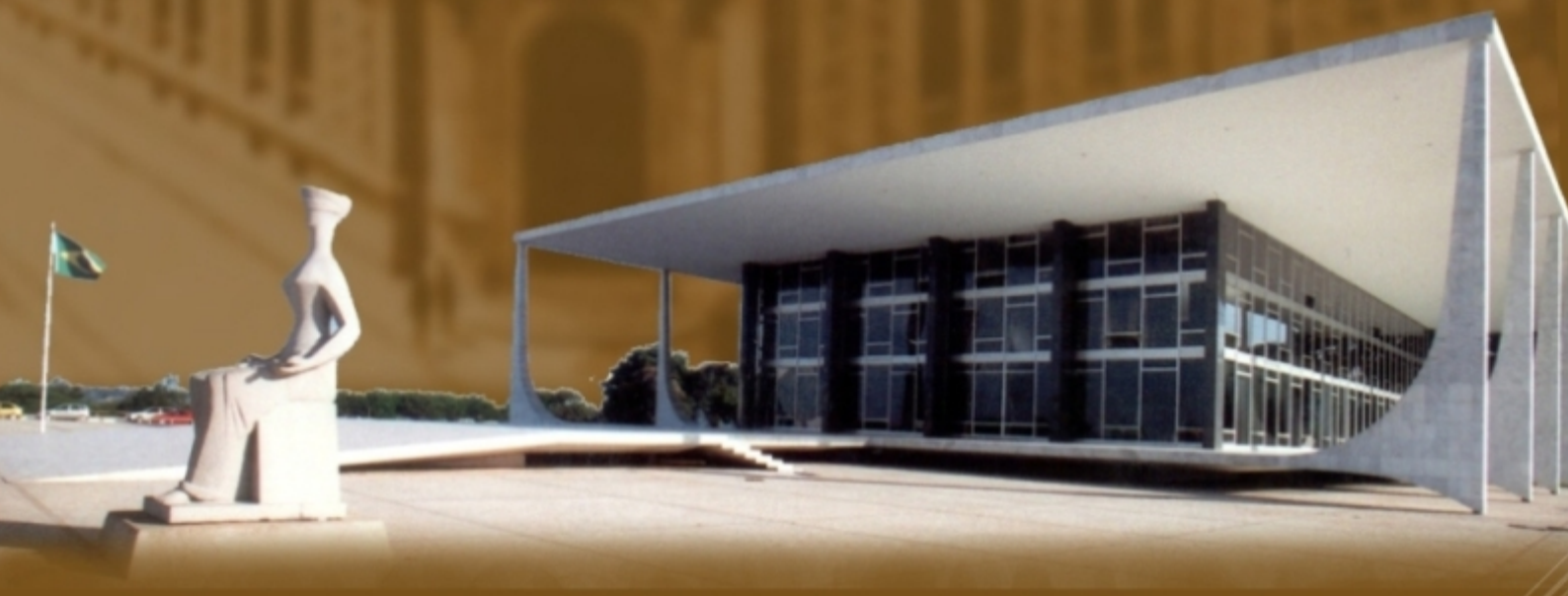
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2007



Relatório de Atividades 2007
Supremo Tribunal Federal

Compilação:
Assessoria de Gestão Estratégica
e-mail: g-estrategica@stf.gov.br

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE ATIVIDADES
EXERCÍCIO - 2007

COMPOSIÇÃO

Ministra ELLEN GRACIE (Presidente)
Ministro GILMAR MENDES (Vice-Presidente)
Ministro CELSO DE MELLO
Ministro MARCO AURÉLIO
Ministro CEZAR PELUSO
Ministro CARLOS BRITTO
Ministro JOAQUIM BARBOSA
Ministro EROS GRAU
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Ministra CARMEN LÚCIA
Ministro MENEZES DIREITO

Primeira Turma
Ministro MARCO AURÉLIO (Presidente)
Ministro CARLOS BRITTO
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Ministra CARMEN LÚCIA
Ministro MENEZES DIREITO

Segunda Turma
Ministro CELSO DE MELLO (Presidente)
Ministro GILMAR MENDES
Ministro CEZAR PELUSO
Ministro JOAQUIM BARBOSA
Ministro EROS GRAU

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

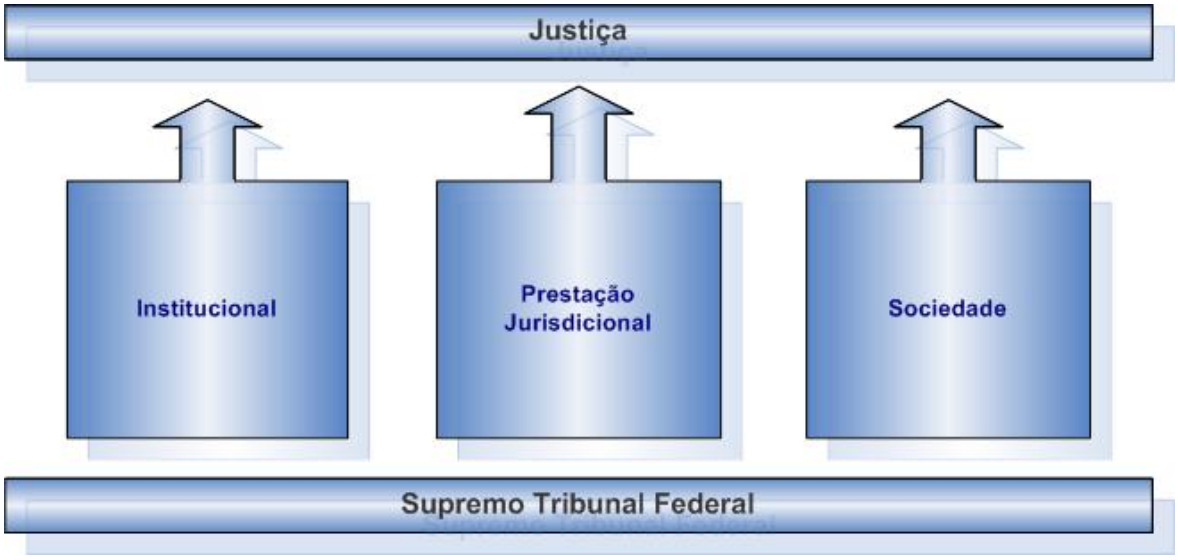
Secretário-Geral da Presidência
Manoel Lauro Volkmer de Castilho
Assessor-Chefe da Presidência
Vilmar Nery Lourenço
Assessora de Assuntos Internacionais
Cláudia Nunes Pinta Gama
Secretário de Comunicação Social
Delorgel Valdir Kaiser

SECRETÁRIA DE CONTROLE INTERNO
Edna Isabel Brito Gonçalves Prandini

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Diretor-Geral
Sérgio José Américo Pedreira
Assessora Jurídica
Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro
Assessora de Gestão Estratégica
Andréia Fernandes de Siqueira
Secretária Judiciária
Ana Luiza Mottecy Veras
Secretário das Sessões
Luiz Shiyoji Tomimatsu
Secretária de Documentação
Altair Maria Damiani Costa
Secretário de Administração
Edmilson Palma Lima
Secretário de Tecnologia da Informação
Paulo Roberto da Silva Pinto
Secretária de Recursos Humanos
Luciléa Zaban Carneiro
Secretário de Serviços Integrados de Saúde
Osmar William Vieira

O presente relatório demonstra a atuação desta Corte em **três vertentes fundamentais** para possibilitar o efetivo acesso à Justiça e, assim, cumprir o seu papel no Estado Democrático de Direito – **prestação jurisdicional, institucional e sociedade.**



Com base nos dados apresentados, demonstra-se que o Supremo Tribunal Federal, por mais um ano, cumpriu com a sua missão constitucional, levando ao jurisdicionado um serviço de qualidade e desenvolvendo ações que se traduzem em reais benefícios à sociedade brasileira.

1 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL 9

1.1. Prestação jurisdicional em números 9
1.1.1. Processamento Inicial 9
1.1.2. Publicações 11
1.1.3. Baixa Processual 12
1.1.3.1. Processo Findo 13
1.1.4. Movimentação processual 13
1.1.5. Plenário 14
1.1.6. Coordenadoria da Primeira Turma 15
1.1.7. Coordenadoria da Segunda Turma 15

1.2. Súmula Vinculante 15

1.3. Repercussão Geral 16
1.3.1. Plenário virtual 17
1.3.2. Estatística de repercussão geral 18
1.3.2.1. Efeito da Determinação de Sobrestamento 19

1.4. RE-Eletrônico 21
1.4.1. Cronograma de ingresso dos demais Tribunais 22
1.4.2. Dados estatísticos RE-Eletrônico 22

1.5. Modernização na prestação jurisdicional 23
1.5.1. Diário de Justiça Eletrônico 23
1.5.2. Certificação digital 23
1.5.3. Peticionamento Eletrônico com Certificação Digital 23
1.5.4. Biblioteca Digital 24
1.5.5. Novo portal do STF 24
1.5.6. Ata de Distribuição em versão eletrônica 25
1.5.7. Destaques 26
1.5.7.1. Julgamentos múltiplos 26
1.5.7.2. Mensalão 26
1.5.7.3. Fidelidade partidária 27
1.5.7.4. Primeira audiência pública do STF – Lei de biossegurança 27

2 INSTITUCIONAL 29

2.1. Movimentações na Corte 29

2.2. Melhorias Administrativas 29
2.2.1. Gestão da Qualidade em Gabinete de Ministro 29
2.2.2. CPD em Sala-Cofre 30
2.2.3. Agenda de ministros na internet 30
2.2.4. Desenvolvimento de Sistemas 30
2.2.4.1. Sistemas desenvolvidos 31
2.2.4.2. Criação, implantação e acompanhamento de novos sítios 32
2.2.4.3. Funcionalidades/Produtos 32

2.2.5. E-Gab 33
2.2.6. Orçamento 2008 33
2.2.7. Documentos sigilosos 33
2.2.8. Novo cadastro eletrônico e registro fotográfico de visitantes 34
2.2.9. Tabela de Temporalidade de Documentos 34

2.3. Equipamentos e Instalações 34
2.3.1. Reforma do Anexo I 34
2.3.2. Protocolo – melhoria no local de atendimento 35
2.3.3. Relógio atômico do STF 35
2.3.4. Poço artesiano 35

2.4. Relações Institucionais 36
2.4.1. Destaques do Plenário 36
2.4.2. Outras presenças ilustres na Corte 38
2.4.2.1. Visitas estrangeiras 38
2.4.2.2. Visitas nacionais 40
2.4.3. Outros eventos de destaque 42
2.4.3.1. 1º Seminário de Gestão da Informação Jurídica em Espaços Digitais 42
2.4.3.2. Grupo de Haia 44
2.4.3.3. 1º Congresso de Serviços de Saúde do Poder Judiciário 47
2.4.3.4. Retrato do Ministro Nelson Jobim 48

2.5. Pessoal 48
2.5.1. Criação de cargos efetivos 48
2.5.2. 9º STF-Mix 48
2.5.3. Banco de Talentos 48
2.5.4. Banco de Oportunidades 49
2.5.5. Eventos de Capacitação 2007 49
2.5.6. Programa de Acompanhamento Funcional 49
2.5.7. Adicional de Qualificação 49
2.5.8. Campanha de vacinação de servidores 49
2.5.9. Honra ao mérito de servidores do STF 50

3 SOCIEDADE 51

3.1. Celebrações do Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil 51
3.1.1. Eventos de destaques às celebrações do Bicentenário 51
3.1.1.1. Exposição “As Constituições Brasileiras” 51
3.1.1.2. Colóquio Internacional de Direito e Economia 51
3.1.1.3. I Ciclo de Palestras “A Práxis do Controle de Constitucionalidade na Atualidade” 52
3.1.1.4. Memória Jurisprudencial 53
3.1.1.5. Anuário da Justiça 54
3.1.1.6. Exposição Rugendas 54
3.1.1.7. Jornada de Direito Luso-Brasileira 54
3.1.1.8. Fórum Permanente de Cortes Supremas do Mercosul 55
3.1.1.9. Ação Justiça 57
3.1.1.10. Documentos Históricos 57

3.1.1.11. Concursos de Monografia e Fotografia 58
3.1.1.12. Semana Nacional de Conciliação 58
3.1.2. Cronograma dos eventos comemorativos do Bicentenário 59

3.2. TV Justiça em sinal aberto 60

3.3. Rádio Justiça 61

3.4. Premiações 62
3.4.1. Tecnologia da Informação 62
3.4.1.1. Prêmio Profissional de Tecnologia da Informação 62
3.4.1.2. Prêmio TI & Governo 62
3.4.1.3. Prêmio Personalidade Mais Inovadora 62
3.4.2. Comunicação Social 63
3.4.2.1. V Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 63
3.4.2.2. Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog 63
3.4.2.3. Prêmio Anamatra de Direitos Humanos 63
3.4.2.4. Prêmio Combate ao Trabalho Escravo 2007 - ANPT 63
3.4.2.5. IV Prêmio AMB de Jornalismo 63
3.4.2.6. 3ª edição Prêmio Midia da Paz 63

3.5. "Acessibilidade – Siga essa idéia" 63

3.6. Agenda Ambiental 64
3.6.1. Semana Ambiental e Papel Reciclado 64
3.6.2. 1.000 Sementes do Futuro 64

Introdução

O presente relatório discorre resumidamente sobre as atividades desenvolvidas no Supremo Tribunal Federal em 2007.

Neste período, os reiterados esforços da administração aplicados para aprimorar a estrutura e a funcionalidade do Poder Judiciário produziram importantes reflexos no desempenho dos trabalhos da Corte.

As diversas realizações adiante detalhadas marcaram uma nova etapa de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, sobretudo a partir da promulgação das Leis nº. 11.417 (súmula vinculante), nº. 11.418 (repercussão geral) e nº. Lei 11.419 (processo eletrônico), todas de 19 de dezembro de 2006, e da respectiva regulamentação no âmbito do Tribunal.

A súmula vinculante do STF, a argüição preliminar de repercussão geral e a tramitação eletrônica de processos, como novas ferramentas processuais implantadas pela alteração da legislação constitucional e infraconstitucional, incorporaram-se à realidade da prestação jurisdicional e a efetiva atuação desses instrumentos fundamentais autoriza a expectativa de que, daí por diante, seus resultados práticos venham a propiciar aos seus usuários real oportunidade de exercício da cidadania com a celeridade e eficiência que lhe são exigidas.

O ano também foi marcado pelos inúmeros eventos comemorativos do “Bicentenário da Justiça Independente”, que se iniciaram em 10 de maio de 2007 e serão encerrados em 10 de maio de 2008, quando se completam duzentos anos da expedição do alvará que elevou a “Relação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro” a “Casa de Suplicação do Brasil” – última instância judiciária, sem mais atuação da Casa de Suplicação de Lisboa.

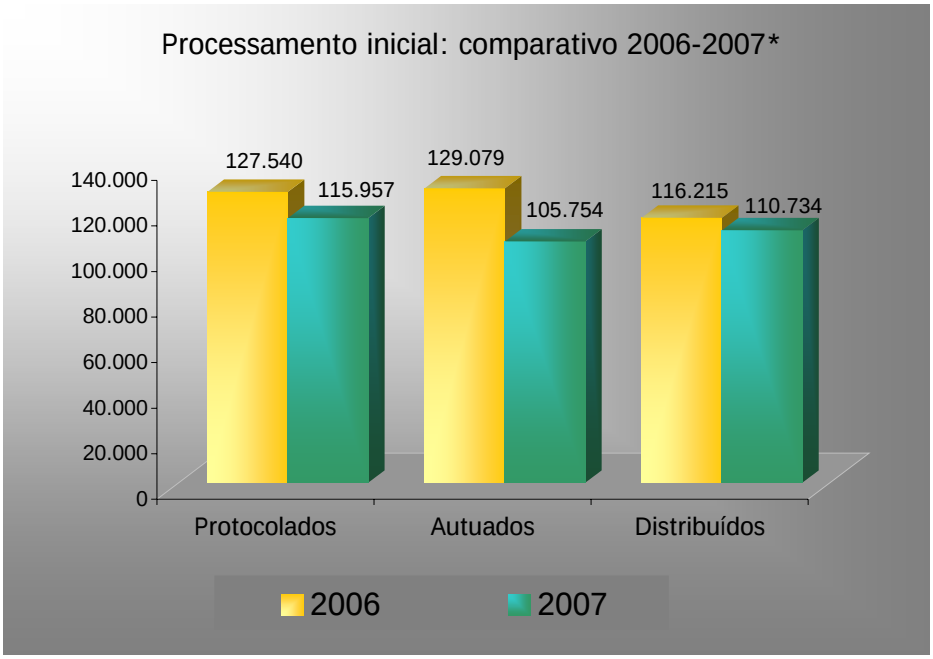
As atividades apresentadas neste relatório traduzem assim o empenho da Corte em ampliar o espaço de participação dos cidadãos nos trabalhos do Tribunal facilitando a defesa de seus interesses, assim como criar oportunidades de modernização e discussão a respeito do Poder Judiciário nacional, celebrando o passado por meio do resgate histórico de suas experiências e desenvolvendo uma reflexão prospectiva sobre o futuro da Justiça.

1 Prestação Jurisdicional

1.1. Prestação jurisdicional em números

1.1.1. Processamento Inicial

Apresenta-se, a seguir, gráfico do quantitativo de processos na atividade de processamento inicial nos anos de 2006 e 2007*:



* Período: 01 de janeiro de 2006 a 11 de dezembro de 2007.
Fonte: Sistema Informatizado do STF

Os dados apurados indicam ligeira redução na entrada de processos, em relação ao ano de 2006 quando o STF trabalhava com elevado passivo de processos pendentes de autuação.

Com o estabelecimento do requisito de admissibilidade da argüição de repercussão geral para o julgamento dos recursos extraordinários, assim como a edição de súmulas vinculantes pela Corte, prevê-se a diminuição significativa do número de processos para os próximos anos.

De acordo com esse levantamento, entretanto, a diferença a menor ainda para o ano de 2007, entre o número de processos protocolados, autuados e distribuídos, pode ser explicada pelas hipóteses abaixo listadas:

A – Processos protocolados e não-autuados, em razão de:

- Remessa à Caixa Econômica Federal
- Remessa à União
- Remessas Indevidas

- Autos encaminhados para análise da Presidência
- RE-Eletrônico (arquivo inacessível e devolução por insuficiência de peças)
- Processos devolvidos pela Secretaria Judiciária, nos termos da Portaria GP 177/2007.

B – Processos distribuídos em número superior aos autuados, em razão de:

- Autorização de distribuição de parte dos processos autuados em 2004 e 2005, que se encontravam sobrestados na Secretaria Judiciária aguardando julgamento pelo STJ.
- Parte do estoque de processos autuados em dezembro de 2006 foi distribuído em janeiro de 2007.

Apresentam-se, abaixo, dados referentes ao número de processos distribuídos e registrados à Presidência em 2007*:

Classe Processual		2007*	
		Registrados à Presidência	Distribuídos
AC	Ação Cautelar	3	374
ACO	Ação Cível Originária	-	129
ADC	Ação Declaratória de Constitucionalidade	-	4
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade	1	156
AO	Ação Originária	-	59
AOE	Ação Originária Especial	-	3
AP	Ação Penal	-	56
AR	Ação Rescisória	-	81
AI	Agravo de Instrumento	4.018	55.817
ADPF	Arg. Descump. Preceito. Fund.	-	19
AImp	Arguição de Impedimento	1	-
AS	Arguição de Suspeição	6	-
CC	Conflito de Competência	-	79
EI	Exceção de Incompetência	-	1
EL	Exceção de Litispendência	1	1
ES	Exceção de Suspeição	-	1
Ext	Extradição	-	38
HC	Habeas Corpus	-	2.789
HD	Habeas Data	-	2
Inq	Inquérito	-	221
IF	Intervenção Federal	38	-
MI	Mandado de Injunção	-	28
MS	Mandado de Segurança	-	617
Pet	Petição	13	368

PPE	Prisão Prev. Para Extradição	-	25
RHC	Rec. Ordi. Em Habeas Corpus	-	101
RMI	Rec. Ordi. Em Mand. De Injunção	-	1
RMS	Rec. Ordi. Em Mand. De Segur.	-	93
Rcl	Reclamação	13	829
RE	Recurso Extraordinário	21	48.837
RvC	Revisão Criminal	-	5
SS	Suspensão de Segurança	410	-
STA	Suspensão de Tutela Antecip.	86	-
SL	Suspensão Liminar	63	-
	Total De Processos	**4.674**	**110.734**

*Dados de 2007 atualizados até 11 de dezembro.
Fonte: Sistema Informatizado do STF

1.1.2. Publicações

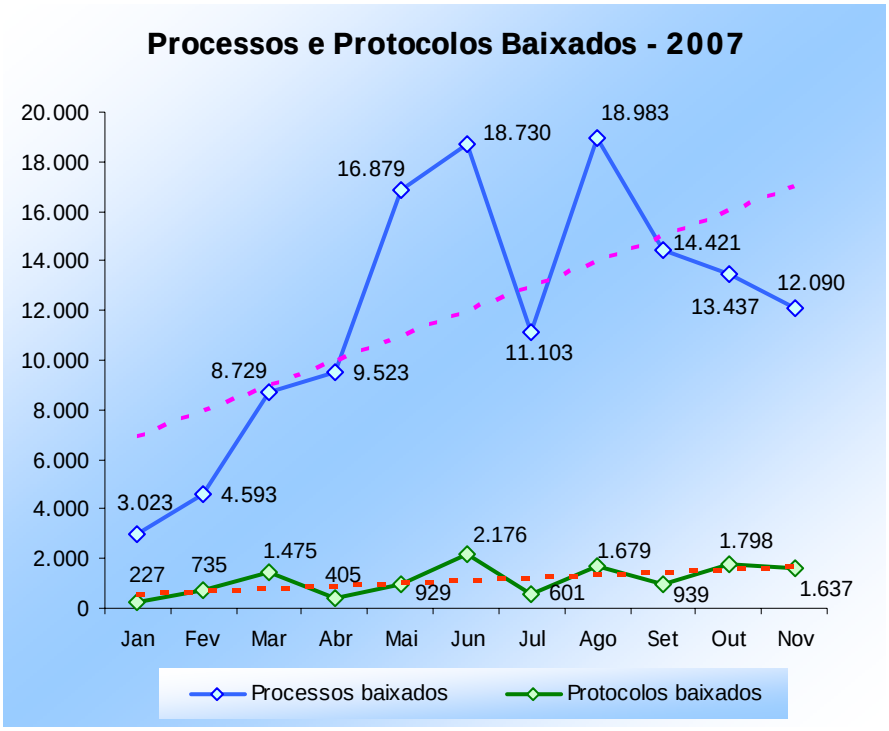
Foram publicados, até 11 de dezembro, **314.046** documentos, distribuições, petições avulsas, protocolos, julgamentos do plenário e das turmas, acórdãos e, principalmente, decisões monocráticas.

Atos	*Número de Publicações*
Presidência Processos distribuídos e redistribuídos.	109.892
Plenário Pautas e atas de julgamento.	8.791
1ª Turma Pautas e atas de julgamento.	6.802
2ª Turma Pautas e atas de julgamento.	8.718
Acórdãos	20.749
Secretaria Judiciária Despachos e decisões exarados pelos Srs. Ministros em processos e chamadas para preparo/impugnação.	142.201
Protocolos.*	16.893
Total	**314.046**

Fonte: Secretaria Judiciária

* Protocolo, aqui posto, é a designação dada aos Agravos de Instrumento recebidos no STF que são analisados pela Presidência antes da autuação, para verificar sua adequação quanto aos aspectos formais e tempestividade.

1.1.3. Baixa Processual



Dados atualizados até 30 de novembro de 2007.
Fonte: Sistema Informatizado do STF

Atos Realizados	Jan a Nov - 2007	Média Jan-Nov 2007
Protocolos baixados	12.601	1.146
Processos baixados	131.511	11.955
TOTAL	144.112	

Fonte: Sistema Informatizado do STF e Secretaria Judiciária

A Seção de Baixa de Processos, no período de 2 de janeiro a 30 de novembro de 2007, baixou, portanto, 144.112 processos e protocolos.

Destaca-se, também, que foram baixados mais **2.851** processos e **534** protocolos, de 1º a 11 de dezembro de 2007.

Fim do estoque de processos pendentes de autuação e conseqüências

Em 16 de janeiro, foi eliminado o estoque processual pendente de autuação. Fruto de trabalho de aproximadamente seis meses, o fim do estoque é resultado de um conjunto de medidas, dentre as quais podemos citar: constituição de força-tarefa, estabelecimento de metas, acompanhamento diário da produção e valorização de pessoal por resultados, com a designação para exercício de função comissionada. Foram também efetuadas melhorias nas condições de trabalho e realocação de espaços físicos. Vale mencionar, no início do trabalho havia cerca de 35.000 processos protocolados e pendentes de autuação.

Atualmente, os processos que ingressam no STF são protocolados no mesmo dia e autuados no dia seguinte, sem qualquer tendência à formação de estoque.

1.1.3.1. Processo Findo

Por determinação da Ordem de Serviço 1-A, de 17 de maio de 2006, foi designado um grupo de servidores para promover estudos e propor medidas de ajustes à base de dados judiciais do STF.

A atividade consiste na verificação dos processos já finalizados que, em razão de andamentos processuais incompletos, constam no sistema informatizado como processos em tramitação.

Após análise, quando comprovado os que efetivamente não estão em tramitação, será atribuído o andamento PROCESSO FINDO e efetuar-se-á o acerto quanto aos deslocamentos físicos destes processos.

Até início de dezembro de 2007, foram corrigidos no sistema 70.606 processos.

Ressalta-se que esta análise continuará com objetivo de garantir maior credibilidade às estatísticas do Tribunal para prestação de informações.

1.1.4. Movimentação processual

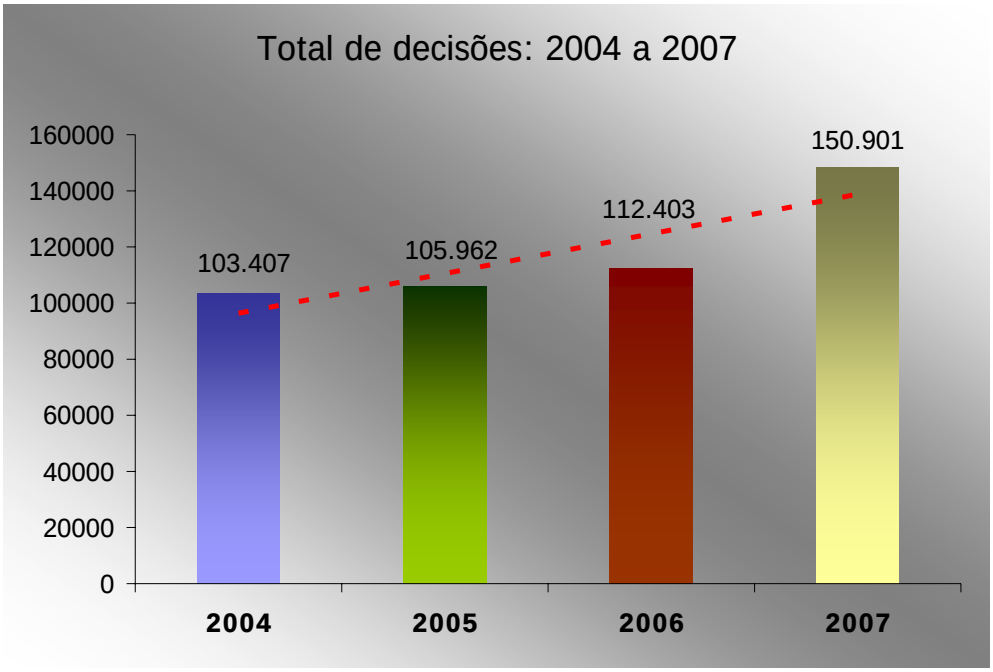
A evolução da movimentação processual do STF pode ser verificada no quadro abaixo, que também apresenta a evolução da atividade jurisdicional nos últimos quatro anos:

Valores Acumulados	2004	2005	2006	2007 *
Processos protocolados	83.660	95.213	127.534	115.957
Processos distribuídos	69.171	79.577	116.216	110.734
Processos com decisão transitada em julgado	85.545	83.177	72.483	103.716
Homologação de Desistência	4.537	386	1.729	641

Decisões	2004	2005	2006	2007
	103.407	**105.962**	**112.403**	**150.901**
Monocráticas	92.273	90.857	101.207	128.201
Colegiadas	11.134	15.105	11.196	22.700*
Em originários	7.805	8.428	8.918	9.784
Em recursos	95.602	97.534	103.485	141.117

Dados atualizados até 11.12.2007. Fonte: Sistema Informatizado do STF – STI
* Fonte: Secretaria das Sessões - SES

Como visto neste particular houve um incremento de aproximadamente 32% no número de decisões em relação ao ano de 2006, que pode ser explicada, entre outros fatores, pela gestão/racionalização das pautas de julgamento.



Dados atualizados até 11.12.2007.
Fonte: Sistema Informatizado do STF e Secretaria das Sessões

1.1.5. Plenário

Em 2007, o Plenário julgou 8.020 processos, em 37 sessões ordinárias e 56 sessões extraordinárias.

1.1.6. Coordenadoria da Primeira Turma

Foram realizadas 36 sessões ordinárias e 8 sessões extraordinárias, e julgados 6.487 processos.

1.1.7. Coordenadoria da Segunda Turma

Foram realizadas 34 sessões ordinárias e julgados 8.193 processos.

1.2. Súmula Vinculante

A Lei 11.417/2006 possibilitou ao Supremo Tribunal Federal editar enunciado de súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

As súmulas vinculantes são resultantes, principalmente, de julgamentos de questões de massa, que individualmente proliferam nos fóruns, em repetidas ações. A consolidação desses precedentes ou de entendimento uniforme adotado pelo Tribunal em certos casos evita o surgimento de ações semelhantes e a multiplicação de processos para apreciação em todos os níveis de jurisdição.

Com a aplicação desse instrumento, espera-se uma deflação da demanda que atualmente sobrecarrega a Justiça Federal e as Varas de Fazenda Pública, e com esse espírito, então, alcançar mais célere desempenho nas demais questões atribuídas ao Tribunal.

Em 2007 foram editadas as **três primeiras súmulas vinculantes**, aprovadas na sessão plenária realizada em 30 de maio. Entraram em vigor em 6 de junho, com a publicação na versão impressa do Diário da Justiça:

Súmula Vinculante 1
Ofende a garantia constitucional do ato jurídico perfeito a decisão que, sem ponderar as circunstâncias do caso concreto, desconsidera a validez e a eficácia de acordo constante de termo de adesão instituído pela Lei Complementar 110/2001.

Súmula Vinculante 2
É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

Súmula Vinculante 3
Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

1.3. Repercussão Geral

A Repercussão Geral, como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, instituída pela Emenda Constitucional nº 45 de 2006 e disciplinada na Lei nº. 11.418/2006, autorizou o Supremo Tribunal Federal a definir as questões constitucionais que, por revelarem interesse geral, devem ser recebidas pela Corte em recurso extraordinário. Esse filtro recursal deve levar em conta a relevância social, econômica, política ou jurídica da matéria a ser apreciada e por essa razão trata-se de um requisito de admissibilidade, de aferição rigorosa em preliminar formal.

Espera-se a redução do número de recursos em toda a Justiça e a maior disponibilidade da Corte para o exame de graves questões de repercussão nacional.

Para esse efeito, o Tribunal editou a Emenda Regimental nº. 21, que regulamentou o processamento da preliminar de repercussão geral. Posteriormente, em julgamento Plenário realizado em 20 de junho, ficou definido que a fundamentação da repercussão geral seria exigida somente nos recursos extraordinários contra acórdãos publicados após 3 de maio de 2007, data de publicação da emenda regimental citada.

O controle da repercussão, no entanto, reparte-se, pois a efetividade do instrumento depende não apenas do STF, embora lhe seja exclusiva a competência para definir se há ou não repercussão geral, uma vez que cabe também aos Tribunais superiores e inferiores e Turmas Recursais de origem verificar a existência formal da preliminar de repercussão geral.

Por essa razão, em 6 de dezembro, o STF promoveu reunião conduzida pela presidente da Corte, ministra Ellen Gracie, com representantes dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais Superiores para detalhar os procedimentos a serem adotados para aplicação do regime jurídico da repercussão geral.

Dentro desse mesmo propósito, ainda, a Portaria 177/GP, de 26 de novembro de 2007, publicada no DJ de 3/12/2007, determinou que a Secretaria Judiciária proceda a devolução à origem os processos múltiplos ainda não distribuídos, relativos a matérias submetidas à análise de repercussão geral pelo STF, bem como aqueles em que os ministros tenham determinado sobrestamento e/ou devolução com vistas a deliberação por essa forma. Já foram baixados 173 processos e 482 estão preparados para a baixa ainda neste ano.

Ficou de outra parte assentada a atribuição da Presidência do Tribunal para restituir de plano os processos que não contenham a preliminar formal de repercussão geral. Até 5 de dezembro, haviam sido publicados 831 protocolos com decisão da Presidência de não-conhecido, por essa razão.

O Portal do STF disponibiliza, no link “jurisprudência”, em seção específica, as decisões e informações relativas à repercussão geral. São exemplos :

RE 556.385
Ausência de Repercussão Geral: Mandado de Segurança. Redução de ofício da multa fixada pelo Juiz. Art. 461, § 6º, do Código de Processo Civil.

RE 559.943
Há repercussão geral: exigência de lei complementar para dispor sobre prescrição e decadência tributárias aplicáveis às contribuições sociais (art. 146, inc. III, da Constituição) para constituição do crédito tributário e da respectiva ação de cobrança.

RE 561.908
Há repercussão geral: controvérsia sobre a inconstitucionalidade, declarada na origem, da expressão “observado, quanto ao artigo 3º, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional”, constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar nº 118/2005.

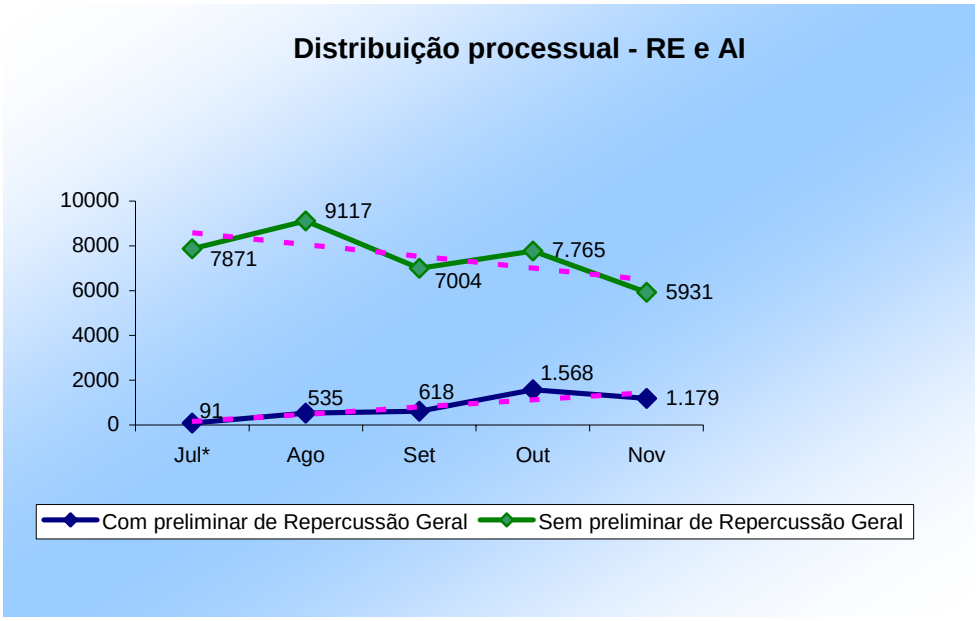
RE 565.138
Ausência de Repercussão Geral: Código de Defesa do Consumidor. Danos materiais e morais. Recurso Extraordinário interposto pela Confederação Brasileira de Futebol - CBF.

RE 566.471
Há repercussão geral: controvérsia sobre a obrigatoriedade de o Poder Público fornecer medicamento de alto custo.

1.3.1. Plenário virtual

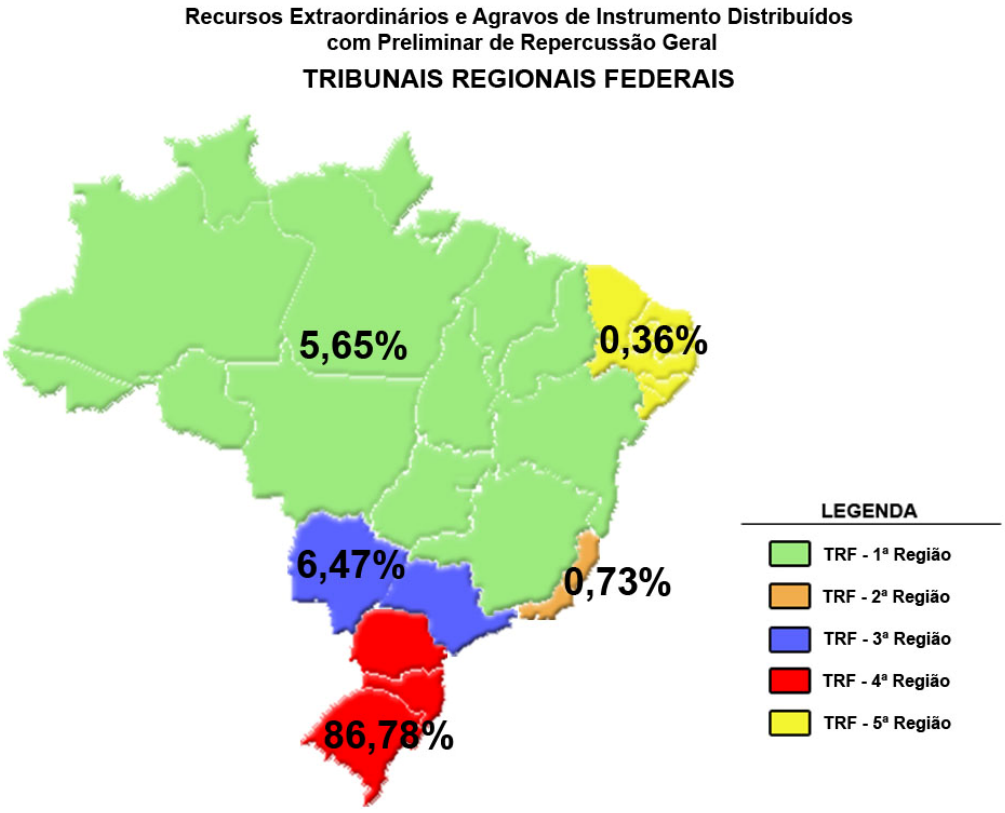
O STF desenvolveu a ferramenta “Plenário virtual”, sistema totalmente operado pelos ministros para emitir manifestações quanto à existência ou não de repercussão geral em determinado processo. Com esse sistema, todos os ministros têm a oportunidade de examinar os autos simultaneamente, o que aumenta a celeridade na análise das matérias.

1.3.2. Estatística de repercussão geral

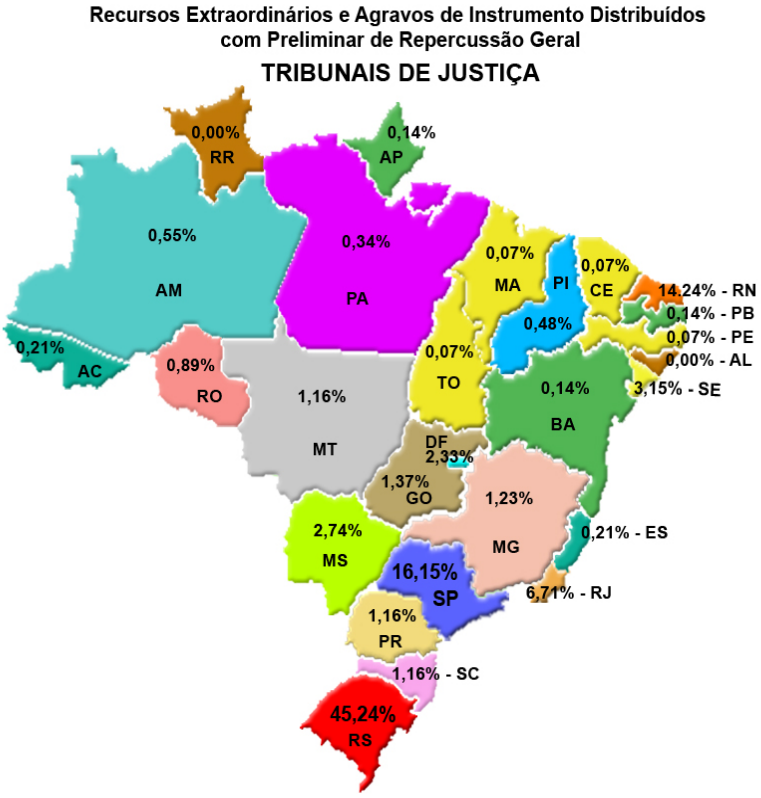


Dados atualizados até 30.11.2007.
Fonte: Sistema Informatizado do STF

De 1º a 11 de dezembro, foram distribuídos 1.947 REs e AIs, dentre os quais 455, com preliminar de repercussão geral.



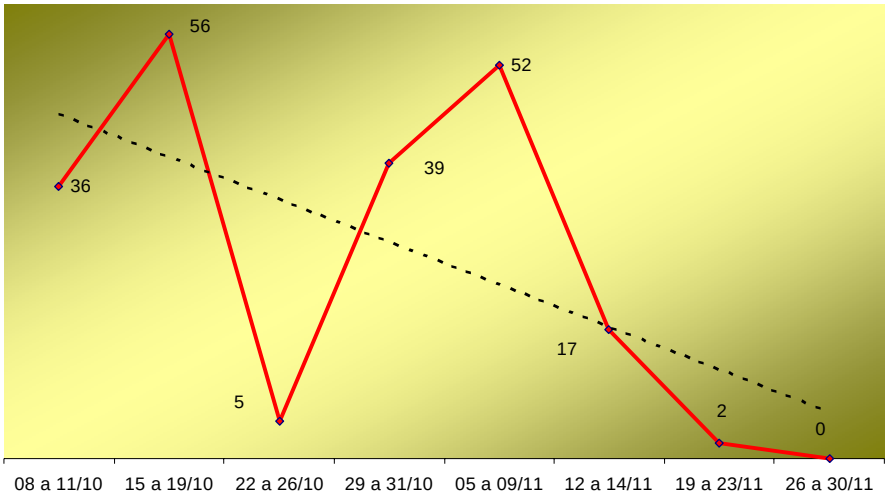
Fonte: Sistema informatizado do STF



Fonte: Sistema informatizado do STF

1.3.2.1. Efeito da Determinação de Sobrestamento

RE e AI sobre Telecomunicações - Serviço de Telefonia - Fatura - Discriminação de Pulsos.

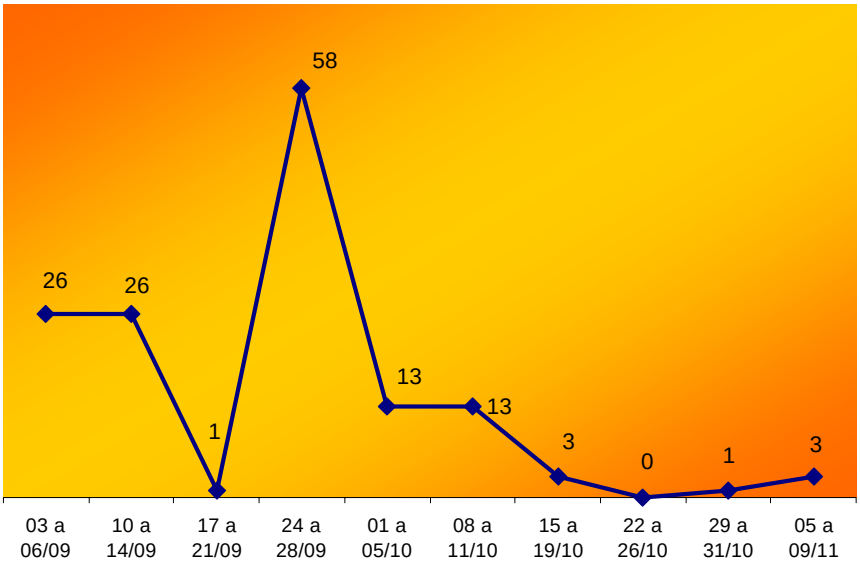


Dados atualizados até 30/11/2007 e extraídos pela Assessoria de Gestão Estratégica – STF
Fonte: Sistema Informatizado do STF

A distribuição da matéria estava ascendente e, com a decisão determinando sobrestamento dos feitos na origem (RE 685.066, de 05/11/07), caiu a zero.

1.3.1.2. Efeito da Determinação de Sobrestamento

RE e AI sobre: Execução Fiscal-Crédito Tributário-Prescrição / Execução Fiscal-Contribuição Previdenciária / Prescrição Execução Fiscal-Cobrança de Dívida Ativa-Prescrição



Dados atualizados até 30/11/2007 e extraídos pela Assessoria de Gestão Estratégica – STF
Fonte: Sistema Informatizado do STF

A distribuição da matéria caiu por força da decisão que determinou o sobrestamento na origem (RE 556.664, de 21/09/07).

1.4. RE-Eletrônico

Em 2007, o Supremo Tribunal Federal editou a Resolução 344, que regulamentou o uso do meio eletrônico de tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais (*e*-STF). A norma cuidou também de especificar procedimento para receber recursos extraordinários em formato digital.

Em fase experimental, o recebimento dos recursos foi limitado a processos cíveis e que não tramitassem em segredo de justiça, junto aos Tribunais que integram o projeto-piloto: Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais de Justiça dos Estados de Sergipe e Espírito Santo e Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

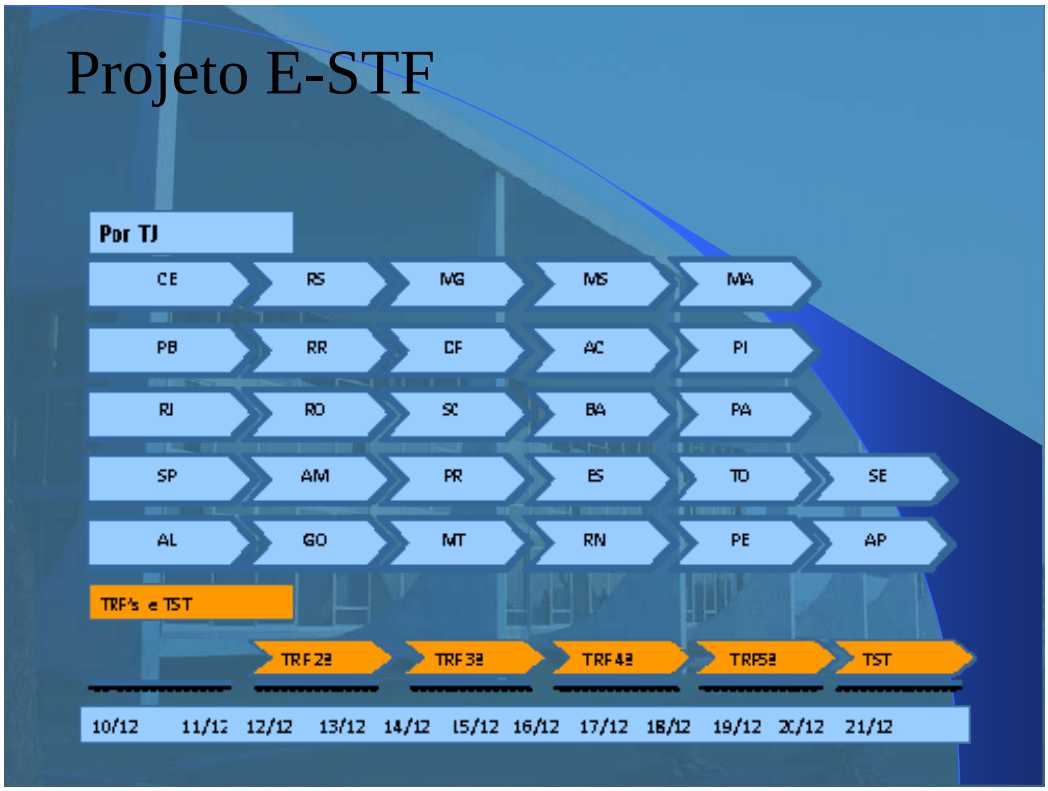
Com a tramitação automatizada, espera-se a diminuição do tempo neutro do processo – de mera rotina burocrática – e assim incrementar a necessária celeridade processual. De outro lado, a digitalização do processo também evita o acúmulo de papéis e possibilita economizar espaço e recursos públicos.

O lançamento oficial do processo eletrônico ocorreu em 20 de junho, com a distribuição de 22 recursos, sendo 21 advindos do TRF da 1ª Região e 1 do TJSE. Em menos de 24 horas após o lançamento do sistema *e*-STF, o primeiro recurso extraordinário eletrônico (RE nº 551476) foi julgado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Sepúlveda Pertence.

Em 26 de setembro, foi distribuído ao Excelentíssimo Senhor Ministro Carlos Ayres Britto o primeiro Recurso Extraordinário integralmente eletrônico, ou seja, digitalizado desde a origem (Turma Recursal do Juizado Especial Federal do DF), e sua tramitação se deu, inteiramente, em ambiente virtual, sem utilização de papel. O RE nº 564821 foi julgado em 17 de outubro e baixou à origem em 6 de dezembro.

O trâmite do RE - eletrônico, ainda está em fase de ajustamento pela Secretaria de Tecnologia da Informação do STF e pelo Conselho Nacional de Justiça, mas já neste ano de 2007 revelou-se importante marco de inovações tecnológicas que inserem o Tribunal numa nova fase de dinamismo, condizente ao que se espera do judiciário brasileiro do futuro.

1.4.1. Cronograma de ingresso dos demais Tribunais



Fonte: Conselho Nacional de Justiça

1.4.2. Dados estatísticos RE-Eletrônico

Até 10 de dezembro, entraram **632 RE-eletrônicos** no Tribunal.

Dos 632 processos:

- 188 (29,75%) foram devolvidos por insuficiência de peças ou arquivo inacessível;
- 135 (21,36%) foram sobrestados até decisão do STJ;
- 291 (46%) em tramitação;
- 18 (2,85%) foram baixados.

1.5. Modernização na prestação jurisdicional

O ano de 2007 também foi marcado por inovações em tecnologia da informação no Supremo Tribunal Federal, com fundamento na Lei 11.419/2006, que introduziu novo paradigma de modernização da Justiça pela virtualização completa do processo judicial.

Além de desenvolver o e-STF – o referido sistema ainda permite a tramitação digital de processos –, o Tribunal ampliou a informatização com o estabelecimento do Diário da Justiça eletrônico, a certificação digital de processos, a Biblioteca Digital e a instalação do Centro de Processamento de Dados em uma sala-cofre.

1.5.1. Diário de Justiça Eletrônico

O Tribunal aprovou a criação do Diário da Justiça Eletrônico com vigência a partir de 23 de abril de 2007 e a conseqüente edição de norma sobre o assunto.

O DJ eletrônico aumenta a agilidade na divulgação oficial dos atos do Tribunal e também facilita o acesso à informação, haja vista a possibilidade de acesso direto ao andamento processual.

A edição que inaugurou o DJ Eletrônico reuniu cerca de mil decisões dos ministros do STF e atendeu aos dispositivos da Lei 11.419/2006, que institui o processo virtual. Dessa forma, alcançou-se mais agilidade na divulgação oficial dos atos do Tribunal.

A Resolução 341, que instituiu o DJ Eletrônico, definiu que nada obstante a publicação eletrônica dos atos seria mantida também a versão impressa do DJ, editada pela Imprensa Nacional, até 31 de dezembro de 2007. Depois dessa data, deverá prevalecer apenas a versão eletrônica.

1.5.2. Certificação digital

A certificação digital permite que os ministros assinem, por meio eletrônico, acórdãos e decisões, e diminui o tempo e o ônus de tramitação de processos na Corte.

1.5.3. Peticionamento Eletrônico com Certificação Digital

O peticionamento eletrônico com certificação digital foi instituído pela Resolução 350, de 29 de novembro de 2007, para a prática de atos processuais nos autos que tramitam, por meio físico ou eletrônico, no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Trata-se de serviço de uso facultativo, disponível no Portal do STF, diariamente, das seis às vinte e quatro horas. A petição deve ser enviada com todos os documentos, pois fica dispensada a apresentação de originais ou fotocópias autenticadas.

No sistema, o usuário atesta a integridade dos documentos gravados na base de dados e obtém o comprovante de protocolo.

Com a inovação, o processamento imediato dos dados conduz a uma maior celeridade e gera benefícios aos seus usuários.

O serviço foi inaugurado, em cerimônia no Salão Branco, em 13 de dezembro, pelo Procurador-Geral da República, com o ingresso de petição inicial de ADI, que distribuída ao Excelentíssimo Senhor Ministro Eros Grau, recebeu o nº 3996. É igualmente utilizado pelos advogados, sendo que existem negociações com o Conselho Federal da OAB para disciplinar o assunto.

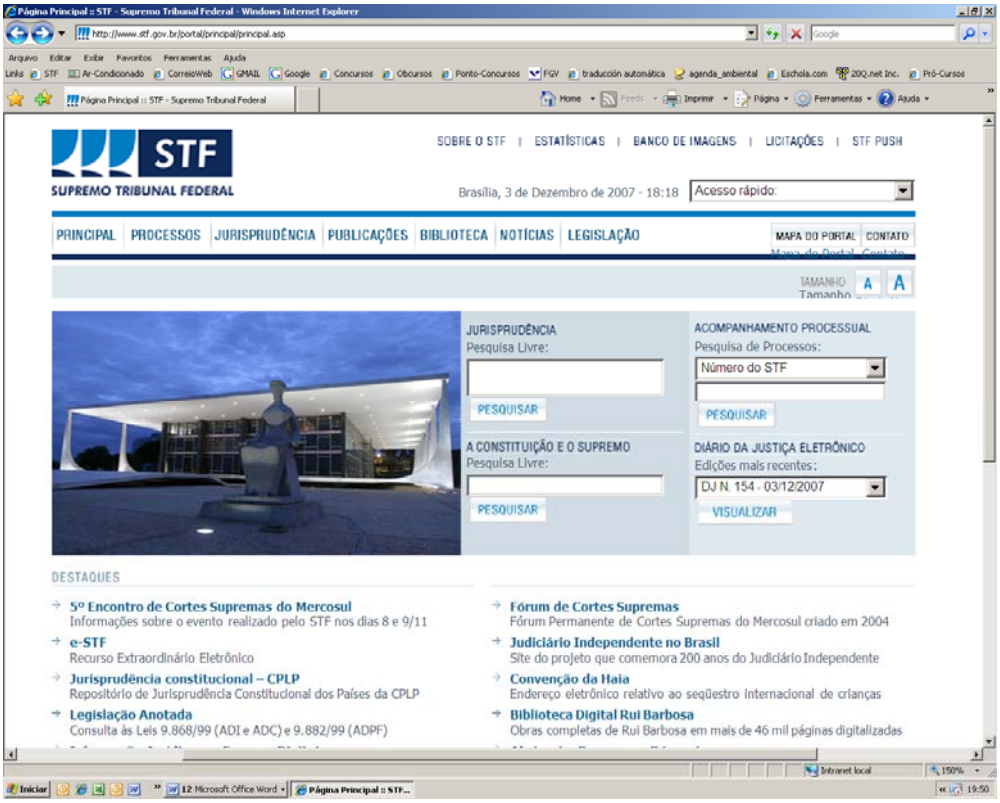
1.5.4. Biblioteca Digital

Em 14 de fevereiro, foi lançada oficialmente a Biblioteca Digital do STF. O acervo apresenta obras de Rui Barbosa, resultado de parceria entre a Corte e a Fundação Casa de Rui Barbosa. Além de textos literários, o conteúdo digital reúne documentos históricos pertencentes ao acervo dessa instituição, tais como julgamentos históricos nos quais o ilustre advogado atuou. Pode-se visualizar o inteiro teor de acórdãos e até mesmo cópias virtuais de documentos originais. Foram digitalizadas cerca de 46 mil páginas de texto produzidas por Rui Barbosa.

1.5.5. Novo portal do STF

Em 18 de setembro, o Supremo Tribunal Federal comemorou os 179 anos da sanção da lei que o criou, com o lançamento de seu novo portal e da página eletrônica da Rádio Justiça, em solenidade no Salão Branco.

O novo portal congrega vários *sites*, que reúnem os 105 serviços disponibilizados *on-line* pelo Tribunal. Entre as funcionalidades, conta-se com uma ferramenta, chamada “acesso rápido”, que permite ao usuário configurar na página de entrada do portal os serviços que utiliza com mais freqüência, criando, desta forma, sua “página personalizada”.



O endereço eletrônico também colocou a disposição dos gabinetes e outras seções do STF uma ferramenta que permite extrair dados estatísticos por meio do cruzamento de informações de diversas bases de dados da Corte. Os usuários podem, a qualquer momento, acessar informações estratégicas para o gerenciamento do trabalho que realizam.

Um destaque do portal é a farta jurisprudência disponível *on-line*, a exemplo da Constituição Federal comentada com *link* para as decisões mencionadas.

1.5.6. Ata de Distribuição em versão eletrônica

Em março, o STF colocou à disposição do público a Ata de Distribuição eletrônica, acessada na página eletrônica do Tribunal. O sistema proporciona transparência e é um facilitador para operadores de direito, especialmente os advogados que atuam no STF.

O serviço tem informação, em tempo real e *on-line*, sem custos adicionais com a compra do Diário da Justiça em formato papel, impresso após quatro dias da efetiva distribuição dos processos. Com o novo serviço, não só advogados, mas qualquer pessoa que tenha acesso à internet poderá conferir as distribuições processuais diárias na Suprema Corte brasileira.

1.5.7. Destaques

1.5.7.1. Julgamentos múltiplos

Em 9 de fevereiro, o Plenário do Tribunal julgou 4.845 Recursos Extraordinários em conjunto, sobre o tema “pensão por morte”. Foi dado provimento a todos, por unanimidade. Consistiu em fato inédito na Corte. A decisão seguiu o julgamento realizado no dia anterior, quando, por maioria, se conheceu e foi dado provimento aos Recursos Extraordinários 416.827 e 415.454, interpostos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Após esse julgamento, foram julgados monocraticamente 14.255 processos sobre “pensão por morte”.

Em 28 de fevereiro, foi julgado pelo Plenário o RE 453.740, precedente sobre o assunto “juros de mora”, o que alavancou o julgamento de 4.380 processos referentes ao tema.

Em 28 de março, o pleno julgou o RE 389.383, sobre “depósito prévio”, que também possibilitou dar vazão a 1.091 processos.

O julgamento em bloco se tornou possível após a alteração instituída pelo artigo 131 do Regimento Interno do STF. A emenda altera o tempo de sustentação oral, de 15 minutos para as causas normais, para 30 minutos nos casos de recursos idênticos ou causas conjuntas. Esse tempo será compartilhado entre os advogados presentes interessados na causa.

A análise conjunta de causas significa agilidade na tramitação, uma vez que decisões monocráticas podem gerar mais recursos, levados ao plenário ou às turmas para novos julgamentos, multiplicando as etapas processuais. Trata-se de uma resposta rápida para os cidadãos, além de economia de tempo e de despesa para o tribunal, o que também se reverte em benefício aos jurisdicionados, ao permitir que a Corte se ocupe de outros processos.

1.5.7.2. Mensalão

Após cinco sessões de julgamento, o Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, em 28 de agosto, a análise da denúncia apresentada pelo Procurador-Geral da República contra 40 acusados de envolvimento no esquema do “mensalão”. A denúncia foi recebida contra todos os acusados, na maioria dos crimes apontados pelo Procurador-Geral. Em conseqüência o INQ 2.245 foi reautuado como a Ação Penal 470.

Foram digitalizados 65 volumes dos autos principais e 262 volumes de apensos, totalizando 79.694 páginas de arrazoados e documentos. A utilização dos recursos eletrônicos permite vista conjunta aos defensores, com redução significativa do tempo de tramitação. Também se torna possível o “manuseio”

integral do processo pelos integrantes do Tribunal e pelos juízos deprecados para realização de atos processuais.

1.5.7.3. Fidelidade partidária

Em 4 de outubro, por oito votos, o STF entendeu que a infidelidade partidária pode gerar perda de mandato. A decisão vale desde o dia 27 de março de 2007, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) enunciou que o mandato político pertence ao partido político e não ao parlamentar.

1.5.7.4. Primeira audiência pública do STF – Lei de biossegurança

Em 20 de abril, foi aberta a primeira audiência pública realizada no STF, A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3510, ajuizada pela Procuradoria Geral da República, contestava dispositivos da Lei de Biossegurança - tema da audiência. O relator da ação é o ministro Carlos Ayres Britto.

Compareceram 24 especialistas que se dedicaram ao estudo do tema. A audiência, que se estendeu por, aproximadamente, 7 horas, foi transmitida pela TV Justiça, que recebeu mais de 200 e-mails solicitando cópias ou a reapresentação da audiência, e correspondeu a uma das maiores audiências da emissora no ano.

Especialistas convidados

- Mayana Zatz - geneticista, professora-titular da Universidade de São Paulo e presidente da Associação Brasileira de Distrofia Muscular.
- Lygia da Veiga Pereira - biofísica, professora associada da Universidade de São Paulo, com experiência em genética humana.
- Rosália Mendes Otero - médica pesquisadora, professora-titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Stevens Rehen - neurocientista, presidente da Sociedade Brasileira de Neurociências e Comportamento e professor da UFRJ.
- Antonio Carlos Campos de Carvalho - médico, doutor em Ciências Biológicas pela UFRJ. Coordenador de pesquisa do Instituto Nacional de Cardiologia Laranjeiras e professor visitante do Albert Einstein College of Medicine, EUA.
- Luiz Eugenio Araújo de Moraes Mello - médico, pró-reitor de Graduação da Unifesp, vice-presidente da Federação das Sociedades de Biologia Experimental.
- Moisés Goldbaum - médico, professor do departamento de Medicina Preventiva da USP.
- Patrícia Helena Lucas Pranke - farmacêutica, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da PUC-RS, além de presidente do Instituto de Pesquisa com Célula-Tronco.
- Tarcisio Eloy Pessoa de Barros Filho - médico, chefe do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da USP.

- Débora Diniz - antropóloga, diretora-executiva da ONG Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis) e professora da Universidade de Brasília (UnB).
- Júlio César Voltarelli - professor titular do Departamento de Clínica Médica da FMRP-USP, coordenador da Divisão de Imunologia Clínica, do Laboratório de Imunogenética (HLA) e da Unidade de Transplante de Medula Óssea do HCFMREP-USP.
- Alice Teixeira Ferreira - professora associada da Unifesp.
- Cláudia Batista - professora da UFRJ.
- Elizabeth Kipman Cerqueira - médica ginecologista, coordenadora do Centro de Bioética do Hospital São Francisco de Jacareí (SP).
- Lilian Piñero Eça - pesquisadora em biologia molecular, integrante do Instituto de Pesquisa com Células-Tronco (IPCTRON).
- Herbert Praxedes - professor da Faculdade de Medicina da UFF (RJ).
- Antonio José Eça - diretor de Recursos Humanos do CAS (Células Tronco Centro de Atualização).
- Lenise Aparecida Martins Garcia - professora-adjunta do Departamento de Biologia Celular da Universidade de Brasília.
- Marcelo Paulo Vaccari Mazzetti - vice-presidente do Instituto de Pesquisa de Células-Tronco.
- Dalton Luiz de Paula Ramos - livre-docente pela Universidade de São Paulo, Professor de Bioética.
- Rogério Pazetti - graduado em Biologia pela Universidade MACKENZIE e Doutorado em Ciências pela Faculdade de Medicina da USP.
- Rodolfo Acatauassú Nunes - Mestre e Doutor em cirurgia geral pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Livre docente em cirurgia geral torácica pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- Lucia Braga - presidente e diretora-executiva da Rede Sarah.
- Ricardo Ribeiro dos Santos – pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz.

2 Institucional

2.1. Movimentações na Corte



O ministro Sepúlveda Pertence aposentou-se em 17 de agosto. Nascido em 21 de novembro de 1937, em Sabará (MG), José Paulo Sepúlveda Pertence ingressou no Supremo Tribunal Federal em 1989. Sua biografia foi sempre pautada na luta pelo estado democrático de direito.



Em sua vaga, tomou posse o ministro Menezes Direito. Nascido em 8 de setembro de 1942, em Belém (PA), o ministro formou-se bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, em 1965, alcançando o título de doutorado em 1968. Atuou como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) por onze anos, depois de passar pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, como desembargador, entre 1988 e 1996.

2.2. Melhorias Administrativas

2.2.1. Gestão da Qualidade em Gabinete de Ministro

Em 8 de março, o Supremo Tribunal Federal assinou acordo com a Fundação Arcadas – instituição ligada à Universidade de São Paulo (USP) –, para desenvolver estudos com o objetivo de melhorar a rotina de trabalho nos gabinetes dos ministros e buscar o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. A proposta foi a de desenvolver um modelo de gestão, que teve por projeto-piloto o gabinete do ministro Ricardo Lewandowski.

O convênio demonstra o esforço do STF em melhorar e acelerar a prestação jurisdicional, especialmente nas atividades desenvolvidas nos gabinetes de ministros do Tribunal.

Os recursos para a aplicação do trabalho foram trazidos pela universidade e o projeto foi uma cortesia da instituição, sem nenhum custo para o STF.

Foram realizadas entrevistas com os servidores do gabinete, levantamento da infra-estrutura e mapeamento dos processos de trabalho. Com

base nas informações, foram estabelecidas as melhores práticas para a realização das atividades do Gabinete.

Em seguida, foram implantados os requisitos para a adoção de "sistema de gestão da qualidade", baseado na norma de referência ISO 9001:2000, com vistas à certificação. Em auditoria externa realizada em novembro pela Fundação Vanzolini - credenciada pela IQNET, certificadora internacional junto ao Inmetro – a meta foi alcançada e o certificado foi concedido ao Gabinete.

2.2.2. CPD em Sala-Cofre

O Centro de Processamento de Dados (CPD) do Supremo Tribunal Federal passou a funcionar isolado dentro de uma sala-cofre, que possui os mais avançados recursos para preservar a integridade física das máquinas. O espaço, com 43 metros quadrados, abriga todos os equipamentos que armazenam os dados do Tribunal e do Conselho Nacional de Justiça.

Nesse espaço, em que se protege a memória do STF, estão o computador principal, todos os servidores da rede e uma fitoteca robotizada, que guarda o acervo produzido pela TV Justiça, com mais de 4.600 horas de gravação, e pela Rádio Justiça. Lá também se localiza o relógio atômico, que é a referência na marcação de tempo para toda Justiça do país, garantindo a contagem de prazos de forma igual para todos.

2.2.3. Agenda de ministros na internet

Em 2 de maio, foi lançado na página eletrônica do Supremo Tribunal Federal o link "Agenda dos Ministros". O novo serviço foi sugerido pelo ministro Cezar Peluso que, em sessão administrativa realizada em abril, propôs a publicação eletrônica da agenda de todos os ministros da Corte.

Nos moldes da agenda da Ministra-Presidente, que é publicada na página eletrônica do Tribunal, o novo *link* traz informações tais como: as audiências marcadas pelos integrantes do STF, os interlocutores que serão recebidos e o assunto a ser tratado no encontro. A iniciativa foi aprovada por unanimidade e o seu uso se tornou facultativo pelos ministros.

2.2.4. Desenvolvimento de Sistemas

Em 2007, o Supremo Tribunal Federal realizou esforços para modernizar seus processos de trabalho, com o uso de recursos de tecnologia da informação. Destaca-se o desenvolvimento de 28 sistemas, além da criação, implantação e acompanhamento de 10 sítios e o fornecimento de 9 funcionalidades/produtos, detalhados a seguir.

2.2.4.1. Sistemas desenvolvidos

- RE-Eletrônico;
  Sistema premiado pelo concurso de TI & Governo 2007: Webservices do Processo Eletrônico.
- Diário de Justiça Eletrônico;
- Novo Portal do STF (Internet);
- SATE - Sistema de atendimento da Informática;
- Folha de pagamento e RH para o CNJ;
- Sistema de Capacitação;
- Sistema Banco de Talentos;
- Sistema de novas aquisições da Biblioteca do STF;
- Ferramenta para controle de projetos – Painel de Projetos;
- Módulo do Sistema de Gestão Orçamentária para captação de demandas;
  Permite a unidade gestora informar as demandas orçamentárias; Integrado ao sistema de Execução e Programação Orçamentária que está em desenvolvimento.
- Sistema para Publicação de licitações**;**
  Permite aos usuários da CPL a publicação dos editais e andamentos das licitações e extração de relatórios.
- Sistema de Controle de Correspondência**;**
  Desenvolvido para a Ouvidoria da Presidência, tem como objetivo o controle do recebimento e envio de cartas àquele setor e possibilita extração de estatísticas.
- Sistema de Controle de Correspondência para o protocolo administrativo;
- Sistema de Controle de Portaria;
- Sistema de Postagem;
  Permite ao Gestor a conferência dos lançamentos com as faturas da ECT.
- Novo Sistema de Controle de Postos de Trabalho;
- Criação de uma metodologia única para desenvolvimento de sistemas utilizando softwares livres;
  Sistema responsável pelo controle de ponto de todos os contratos de prestação de serviço com exceção da Politec.
- Projeto DMJUD – Portal de Informações Gerenciais;
  Desenvolvimento do primeiro DataMart – Banco de dados de informações gerenciais. Será o responsável por centralizar todas as estatísticas e relatórios do STF.
- e-STF-Gabinete – e-GAB;
  Sistema de controle de processos e petições dentro dos gabinetes.
  Sistema de controle de pedidos de preferências.
  Sistema de Tarefas.
  Distribuição de processos por setores/assessores.
- Repercussão Geral;
  Sistema de Sessão eletrônica de votação.

- Digitalizador de Peças (Central de digitalização);
  Sistema que permite a digitalização de peças e sua associação aos processos no banco de dados.
- Peticionamento Eletrônico com Certificação Digital;
  Sistema que permite aos advogados peticionar sem a necessidade de apresentação dos originais.
- Sistema de andamentos dos Protocolos;
  Criação de sistema de controle de andamentos dos protocolos para maior controle dos mesmos.
- Novo Sistema de Auto-atendimento;
  Implantação de novas funcionalidades para melhorar o acesso à informação.
- Sistema para Encaminhamento de Ligações (SELIG);
  Sistema utilizado pela central telefônica dedicada ao atendimento de autoridades.
- Projeto de integração com os órgãos (Webservices de integração): criação de um padrão de comunicação com outros órgãos;
- Sistema de Publicação de Notícias no STF utilizando o CMS;
- COLAC - Sistema de Coleção de Acórdãos;
  Sistema que permite visualizar a coletânea de acórdãos anterior a 1950.

2.2.4.2. Criação, implantação e acompanhamento de novos sítios

- Implantação do Sítio da Convenção da Haia;
- Implantação do Sítio do Bicentenário;
- Implantação do Sítio do Conciliar;
- Sítio do Fórum de Cortes Supremas do MERCOSUL;
- Sítio do 5º encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL;
- Ferramenta de gerenciamento de conteúdo – CMS;
- Acompanhamento da implantação do novo Sítio da Rádio Justiça;
- Sítios de pesquisa do STF-Mix;
  Criação de páginas de pesquisa na intranet.
- Publicação do sítio da Agenda Ambiental para acesso externo;
- Inclusão das informações do DJE nas pesquisas de Jurisprudência.

2.2.4.3. Funcionalidades/Produtos

- Distribuição eletrônica de processos automatizada;
  Automatização da distribuição de processos do STF.
- Nova Compensação de Processos;
  Estudo de todo o acervo de processos distribuídos desde 1996 com implantação de nova sistemática de compensação.
- Modernização do Sistema Textual;
  Possibilidade de julgamento em listas.
  Edição em listas.
  Reaproveitamento de listas em novos documentos.

Publicação em listas.
Controle de acesso aos documentos.
Possibilidade de utilização de timbre.

- Serviço do Portal RTJ Eletrônica;
- Publicação de diversos conteúdos estáticos para utilização da base CMS;
- Nova tabela de andamentos (Nov/2007);
  Alteração dos sistemas que utilizam a tabela de andamentos com implantação das novas funcionalidades e requisitos definidos pelo Comitê de estatística do STF.
- Banco de questões de ordem;
  Disponibilização de pesquisa por questões de ordem do STF.
- Implantação do novo Plano de Cargos e Salários nos Sistemas Folha e SRH.
- Linha Sucessória do STF.
  Disponibilização de página na internet com toda a linha sucessória do STF.

2.2.5. E-Gab

Em 11 de junho, como parte das ações de informatização do STF, a Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas do STF iniciou o processo de implantação de um novo sistema de controle de processos e fluxo de trabalho nos gabinetes dos ministros, denominado E-Gab.

2.2.6. Orçamento 2008

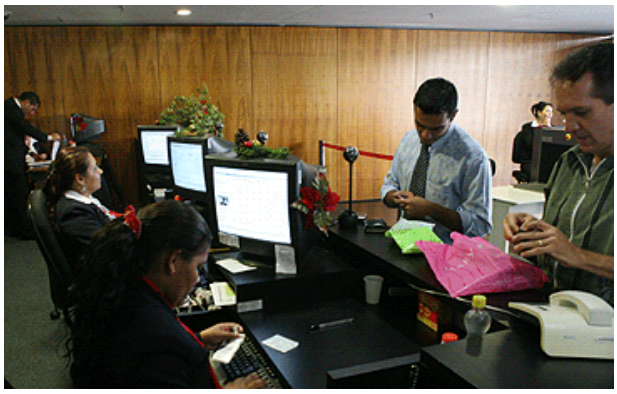
Em 2 de agosto, o STF aprovou proposta orçamentária a ser encaminhada ao Congresso Nacional para 2008, no valor total de R$ 426.754.938,00. Do total previsto, R$ 388,3 milhões referem-se a despesas correntes, sendo R$ 248 milhões destinados a despesas com pessoal e encargos sociais. Por seu turno, as despesas de capital previstas são de R$ 38.418.600,00 e serão aplicadas integralmente em investimentos.

2.2.7. Documentos sigilosos

Foram regulamentados os procedimentos a serem adotados para classificação, acesso, manuseio, reprodução, transporte e guarda de documentos e processos de natureza sigilosa, por meio da Resolução nº. 338/07, publicada em 13 de abril.

De acordo com a norma, os documentos e processos serão considerados sigilosos quando o conhecimento ilimitado de seu conteúdo ou a sua divulgação possam ocasionar risco à segurança da sociedade e do Estado, ou, nos casos em que for necessário proteger a intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas referidas no documento ou processo.

2.2.8. Novo cadastro eletrônico e registro fotográfico de visitantes



Foi desenvolvido novo sistema de cadastro eletrônico, disponível desde o início de dezembro, que incluem a foto de visitantes, feita por uma *webcam*. Equipes da área de tecnologia da informação e de segurança trabalharam em conjunto nesse projeto, que possibilita maior agilidade no cadastramento e aumenta a segurança no acesso ao Tribunal.

2.2.9. Tabela de Temporalidade de Documentos

Em 26 de novembro, foi instituído o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos do Supremo Tribunal Federal, pela Resolução 349/2007.

O Código de Classificação pode ser entendido como um instrumento auxiliar de trabalho que tem como função precípua agrupar os documentos com características semelhantes, de forma que a recuperação da informação seja a mais precisa e breve possível. Ele também procura refletir as funções e as atividades desenvolvidas pela instituição ao longo do tempo.

2.3. Equipamentos e Instalações

2.3.1. Reforma do Anexo I

Em 2007, o Supremo Tribunal Federal iniciou a reforma de um de seus prédios, o Anexo I. O edifício, construído em 1972, apresentava diversas necessidades de melhoria, sobretudo na área de prevenção de incêndio e de segurança. Os principais itens de reforma são as instalações elétricas, hidráulicas, de combate a incêndio e a estrutura de ar condicionado. Importa mencionar, na época da construção do prédio não havia a previsão para instalação de computadores e de ar condicionado.

O valor estimado para a obra é de R$ 14 milhões, condizente ao valor de mercado, em razão da estrutura e da extensão de 14 mil metros quadrados. A previsão de conclusão da obra é fevereiro de 2008.

2.3.2. Protocolo – melhoria no local de atendimento

Em abril, o Protocolo de Petições, que funcionava em frente à faixa de pedestres próxima ao acesso do Anexo II-A, passou a atender ao lado da entrada principal do mesmo prédio, na Praça do Servidor.

A mudança foi ocasionada pela transferência do Protocolo de Processos para o local em que antes funcionava o Protocolo de Petições.

No Protocolo de Processos chegam diariamente grande quantidade de Agravos de Instrumentos e Recursos Extraordinários dos tribunais superiores, ou, ainda, trazidos pelos Correios. Com a medida, os carros que transportam as centenas de processos passaram a ter acesso facilitado pela proximidade à portaria.

2.3.3. Relógio atômico do STF

Foi instalado, em 26 de junho, o relógio atômico do STF, considerado como “carimbo de tempo” para os recursos eletrônicos. Ele se tornou o marcador de tempo para toda a justiça do País.

O relógio também é aproveitado pelo Sistema Financeiro Nacional que o utiliza para ações de seus participantes, tais como o Banco Central, todas as instituições financeiras que operam no Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, as bolsas de valores, de mercadorias e futuros, seguradoras, entidades de previdência complementar, fundos de pensão, dentre outros.

Os órgãos públicos de Brasília se orientavam pelo relógio atômico do Rio de Janeiro e de São Paulo. Hoje, esses órgãos contam com esse equipamento em Brasília que está no Centro de Processamento de Dados (CPD) do STF.

O local foi escolhido pelo Observatório Nacional por ser um ambiente seguro, inaugurado recentemente, e que abriga todos os dados do Tribunal e do Conselho Nacional de Justiça. Nomeado como sala-cofre, o espaço possui os mais avançados recursos para preservar a integridade física das máquinas. As paredes são resistentes a tiros, inundações e incêndios.

2.3.4. Poço artesiano

Foi instalado poço artesiano na área externa ao Edifício Anexo II, com outorga do órgão de controle ambiental do DF. Com a medida, passou-se a utilizar a água de subsolo no sistema de irrigação dos jardins que circundam o

complexo do STF, de modo a reduzir o consumo de água tratada, e conseqüentemente, diminuir custos.

2.4. Relações Institucionais

2.4.1. Destaques do Plenário

- **Abertura do Ano Judiciário de 2007**
  1ª sessão solene, 1º de fevereiro.
  Oradores: Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, e Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

- **Procurador-Geral dos Estados Unidos da América**
  3ª sessão extraordinária, 08 de fevereiro.
  Registro da presença do Senhor Alberto R. Gonzáles, Procurador-Geral dos Estados Unidos da América, acompanhado do Embaixador Clifford M. Sobel.

- **Eleições para o Tribunal Superior Eleitoral**
  6ª sessão extraordinária, 1º de março.
  Eleição de lista tríplice para Ministro-Substituto, na qual foram eleitos Dr. Marcelo Henriques Ribeiro Oliveira, Dr. Henrique Neves da Silva e Dr. Admar Gonzaga Neto.

  13ª sessão extraordinária, 19 de abril.
  Recondução do Ministro Marco Aurélio como Ministro efetivo.

- **Bibliografia sobre "Reforma Agrária"**
  4ª sessão ordinária, 07 de março.
  Comunicação feita pela Presidente da inclusão, na página eletrônica do STF, de bibliografia com todas as decisões sobre o tema "Reforma Agrária".

- **Obras completas de Rui Barbosa**
  7ª sessão extraordinária, 08 de março.
  Comunicação feita pela Presidente, em razão do julgamento da Questão de Ordem ACO 622, de que se encontram disponíveis, na página eletrônica do STF, as obras completas de Rui Barbosa.

- **Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil 1808-2008**
  18ª sessão extraordinária, 10 de maio.
  Abertura das comemorações. Oradora: Presidente do STF, Ministra Ellen Gracie.

- **18º aniversário do Ministro Sepúlveda Pertence no Tribunal**
  19ª sessão extraordinária, 17 de maio.

Pronunciamentos dos Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Celso de Mello e do Vice-Procurador Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

- **Eleição para o Conselho Nacional do Ministério Público**
  15ª sessão ordinária, 30 de maio.
  Eleição do Juiz Federal Fernando Quadros da Silva para o biênio 2007/2009.

- **Homenagem póstuma ao Ministro Oscar Dias Corrêa**
  22ª sessão extraordinária, 31 de maio.
  Oradores: Ministro Sepúlveda Pertence, pelo STF; Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, pela Procuradoria Geral da República; e Dr. Aristoteles Atheniense, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

- **Homenagem ao Ministro Carlos Velloso**
  O Supremo Tribunal Federal realizou Sessão Solene em homenagem ao ministro Carlos Velloso, aposentado em janeiro de 2006. O ministro Ricardo Lewandowski foi o orador.

- **Advogado-Geral da Itália**
  Em 16 de agosto, registrou-se a presença do Dr. Oscar Fiumaro, Advogado-Geral da Itália.

- **Ministro Menezes Direito - Posse**
  Em sessão solene de 05 de setembro, ocorreu a posse do Ministro Menezes Direito.

- **Homenagem ao Ministro Nelson Jobim**
  44ª sessão extraordinária, 27 de setembro.
  Homenagem ao Ministro Nelson Jobim por motivo de sua aposentadoria. Foram oradores a Ministra Cármen Lúcia; o Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, Procurador-Geral da República; e, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a Dra. Cléa Carpi da Rocha, Secretária-Geral.

- **Representantes do Encontro Luso Brasileiro**
  48ª sessão extraordinária, 18 de outubro.
  Registro da presença de representantes do Encontro Luso Brasileiro:

- **Presidente da Corte Suprema do Canadá**
  34ª sessão ordinária, 21 de novembro.
  Registro da presença da Excelentíssima Senhora Presidente da Corte Suprema do Canadá, Senhora Beverly McLachlin, e do Excelentíssimo Embaixador do Canadá, Senhor Paul Hunt. Acompanhados da senhora Jill Copeland, Assessora Executiva Jurídica da Senhora Presidente; a senhora Marie-Josée Charbonneau, segunda Secretária da Embaixada

do Canadá; e o senhor Frank McCardle, diretor executivo da Associação Canadense de Juízes de Tribunais Superiores.

2.4.2. Outras presenças ilustres na Corte

2.4.2.1. Visitas estrangeiras

- **18 de janeiro**
  Embaixador da França no Brasil, Sr. Antoine Pouillieute.

- **7 de fevereiro**
  Visita oficial do Presidente do Tribunal Supremo de Justiça da Espanha, D. Francisco José Hernando Santiago.

- **8 de fevereiro**
  Visita do Procurador-Geral dos Estados Unidos (US Attorney General), Sr. Albert R. Gonzáles.

- **06 de março**
  Grupo de Haia - Participantes do Grupo Permanente de Estudos da Convenção sobre Aspectos Civis do Seqüestro Internacional de Crianças, composto por representantes do Judiciário, do Ministério das Relações Exteriores e da Advocacia Geral da União.

- **7 de março**
  Visita oficial do Presidente da República Federal da Alemanha, Horst Köhler.

- **13 de março**
  Embaixador Luiz Fonseca (Cabo-verdiano), Secretário Executivo da CPLP e Emb. Lauro Moreira (do Brasil junto à CPLP).

- **4 de abril**
  Visita oficial do Presidente da República do Equador, Rafael Correa Delgado.

- **12 de abril**
  Visita oficial do Primeiro-Ministro da República Eslovaca, Robert Fico.

- **16 de maio**
  Visita oficial do Presidente da República do Senegal, Abdoulaye Wade.

- **20 de junho**
  Visita oficial do Presidente da República Dominicana, Leonel Fernández.

- **11 de julho**
  Governadora-Geral do Canadá, Michaëlle Jean.

- **1º de agosto**
  Chefe do Programa Global Anticorrupção do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), o cientista político americano Stuart Gilman.

- **15 de agosto**
  Visita oficial do Presidente da República do Benin, Boni Yayi.

- **21 de agosto**
  Visita do Chanceler da Colômbia, Dr. Fernando Araújo Perdomo.

- **6 de setembro**
  Visita oficial do Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza.

- **27 de setembro**
  Visita Oficial do Presidente da República do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev.

- **3 de outubro**
  Embaixadora da Suécia, Annika Markovic.

- **9 de outubro**
  Visita dos Bastonários das Ordens de Advogados de Língua Portuguesa - AUALP, acompanhados do Dr. César Britto - Presidente da OAB/CF.

- **18 de outubro**
  Embaixador do Chile, Álvaro Díaz Pérez.

- **30 de outubro**
  Embaixador do Canadá, Paul Hunt, acompanhado da Ministra-Conselheira Sra. Karen Mc'Donald.

- **13 de novembro**
  Embaixador da Finlândia, Ilpo Maninen e Primeiro-Secretário, Sr. Ville Cantell.

- **14 de novembro**
  Visita oficial do Presidente da República da Guiné-Bissau, João Bernardo Nino Vieira.

  Representantes da ONU
  Philip Alston - Relator Especial para Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias da ONU
  Neal Gilmore - Assessor do Sr. Alston, Funcionário do Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos em Genebra;

William Abresch – Assistente do Relator vinculado à Universidade de Nova Iorque;
Sarah Knuckey – Assistente do Relator vinculada à Universidade de Nova Iorque;

- **28 de novembro**
  Grão-Duque de Luxemburgo, Henri Albert Gabriel Félix Marie Guillaume.

2.4.2.2. Visitas nacionais

- **22 de janeiro**
  Visita do Emb. Antônio Patriota, nomeado Embaixador do Brasil em Washington.

- **25 de janeiro**
  Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Rodrigues.

- **30 de janeiro**
  Presidente do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça, José Fernandes Filho.

  Dr. Roberto Busato e Dr. Raimundo Cezar Britto, Conselho Federal da OAB.

- **14 de fevereiro**
  Governador do Estado do Mato Grosso do Sul - Dr. André Puccinelli, acompanhado do Procurador Regional de Brasília - Dr. Ulisses Schwarz Viana.

- **2 de março**
  Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim.

- **14 de março**
  Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, acompanhado do PGFN Luis Inácio Lucena Adams e Ministro Toffoli.

- **27 de março**
  Ministro de Estado do Planejamento, Paulo Bernardo.

- **29 de março**
  Governador do Estado de São Paulo, José Serra.

- **3 de abril**
  Audiência com Presidente de República, Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva. Participaram da audiência os Excelentíssimos Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cezar Peluso e Sepúlveda Pertence.

- **12 de abril**
  Presidente da AMB, Dr. Rodrigo Collaço.

- **16 de abril**
  Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

- **23 de abril**
  Ministro da Justiça, Tarso Genro.

- **14 de maio**
  Governador do Estado de Rondônia, Ivo Narciso Cassol.

- **16 de maio**
  Representantes da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

- **25 de junho**
  Governador do Estado de Roraima, Brig. Ottomar de Sousa Pinto, Ministro Francisco Rezek, Senador Mozarildo Cavalcavanti, Procurador-Geral do Estado Dr. João Félix de Santana Neto e Deputados Federais.

- **26 de junho**
  Visita do Príncipe Imperial do Brasil, Dom Bertrand de Orleans e Bragança.

  Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim.

- **16 de julho**
  Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho.

- **18 de julho**
  Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes.

- **25 de julho**
  Governador do Estado do Maranhão, Jackson Lago.

- **27 de setembro**
  Governador do Estado de Alagoas, Teotonio Vilela Filho, acompanhado do presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-AL), Manoel Cavalcante, e do vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Alberto Sextafeira.

- **10 de outubro**
  Comandante da Aeronáutica, Brig.-do-Ar Juniti Saito.

- **11 de outubro**
  Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner.

- **22 de outubro**
  Vice-governador do Estado de Minas Gerais, Antonio Augusto Anastásia.

- **24 de outubro**
  Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Profª Wilma Maria de Faria.

  Secretário dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ministro Paulo Vannuchi.

- **25 de outubro**
  Advogado-Geral da União, Ministro José Antonio Dias Toffoli.

- **13 de novembro**
  Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira.

- **13 de dezembro**
  Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves.

2.4.3. Outros eventos de destaque

2.4.3.1. 1º Seminário de Gestão da Informação Jurídica em Espaços Digitais

No período de 12 a 14 de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal promoveu o 1º Seminário de Gestão da Informação Jurídica em Espaços Digitais, organizado pela Secretaria de Documentação e a Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal.

O evento ocorreu na Sala de Sessões Plenárias do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e teve a participação de palestrantes estrangeiros e representantes de universidades e instituições públicas brasileiras. Foi transmitido ao vivo pela internet.

O Seminário abordou os principais enfoques de uma biblioteca digital e ampliou o conhecimento tecnológico para melhorar a oferta de produtos e serviços de informações jurídicas baseados em padrões internacionais. Buscou-se estimular a cooperação, o acesso, a interoperabilidade e o desenvolvimento das melhores práticas na gestão de espaços digitais.

Palestrantes

- Claire Germain - Cornell Law School, Estados Unidos;
- Sophie Sepetjan - Bibliothèque Nationale de France, França;
- Guilherme Carboni - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, Brasil;
- Pedro Paranaguá de Moniz - Fundação Getúlio Vargas, Brasil;
- Beth Nunes - Fundação Biblioteca Nacional, Brasil;
- Marybeth Peters - Law Library of Congress, Estados Unidos;
- Mamede Lima Marques - Universidade de Brasília, Brasil;
- Ângela Bettencourt - Fundação Biblioteca Nacional, Brasil;
- Flávia Macedo - Universidade de Brasília e Tribunal de Contas da União, Brasil;
- José Antônio dos Santos Borges - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil;
- Marisa Bräscher - Universidade de Brasília, Brasil;
- Nicholas Cop - Nicholas Cop Consulting, Estados Unidos;
- Rodrigo Tôrres Assumpção - Banco Central do Brasil;
- Hélio Kuramoto - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, Brasil;
- Paulo Henrique de Assis Santana - Ministério do Meio Ambiente, Brasil;
- Luiz Fernando Sayão - Comissão Nacional de Energia Nuclear, Brasil;
- João Lima - Prodasen, Brasil;
- Pierluigi Spinosa - L'Istituto di Teoria e Tecniche dell'Informazione Giuridica, Itália;
- João Lima - Universidade de Brasília, Brasil;
- Fernanda Passini Moreno - Universidade de Brasília, Brasil;
- Eloi Yamaoka, Serpro – Brasil;
- Clóvis Torres Fernandes - Instituto Tecnológico de Aeronáutica, Brasil;
- Humberto Innarelli - SIARQ/Unicamp, Brasil;
- Ricardo Luiz de Miranda - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Brasil;
- Paulo Pinto - Secretário de Tecnologia da Informação do Supremo Tribunal; Federal, Brasil;
- Miguel Ángel Márdero Arellano - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, Brasil;
- Rubens Medina - Law Library of Congress, Estados Unidos;

2.4.3.2. Grupo de Haia

A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado é uma organização intergovernamental que busca a progressiva unificação das regras de Direito Internacional Privado, por meio da negociação e elaboração de tratados multilaterais e convenções. A Conferência realizou seu primeiro encontro em 27 de setembro de 1893 e em 1955 transformou-se em uma organização permanente.

Para a primeira sessão apenas se encontravam representados 13 (treze) Estados-membros. Hoje fazem parte do organismo 68 (sessenta e oito) Estados, além da Comunidade Européia, como organização econômica regional. Desde 1950 já foram negociadas 36 (trinta e seis) Convenções internacionais, ratificadas por mais de 125 (cento e vinte e cinco) países em torno do mundo.

Seqüestro Internacional de Crianças

Em 6 março, foi realizada reunião da Presidência com os participantes do Grupo Permanente de Estudos da Convenção sobre Aspectos Civis do Seqüestro Internacional de Crianças. Foram definidas questões como a necessidade de se estabelecer uma base de dados sobre o tema.

Assim, em 21 de agosto, foi inaugurado no portal do STF, na internet, a página eletrônica da Convenção da Haia sobre Seqüestro Internacional de Crianças. Participaram da solenidade os integrantes do Grupo Permanente de Estudos da Convenção sobre Aspectos Civis do Seqüestro Internacional de Crianças, integrado por representantes do Judiciário, do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Advocacia Geral da União (AGU).

O sítio contém *links* com acesso a jurisprudência de outros países e informações de como proceder, no Brasil, para fazer um pedido de repatriação. Há também informações para situações em que um brasileiro, que tenha filho eventualmente deslocado para outro país, deve proceder para obter o regresso dessa criança.

Com a inauguração do endereço eletrônico, o grupo brasileiro realiza um compromisso assumido internacionalmente no sentido da disseminação e democratização das informações sobre o tema.

21ª Sessão da Conferência

A 21ª Sessão da Conferência, de natureza diplomática, ocorrida em novembro de 2007, destinou-se à aprovação da nova Convenção da Haia sobre **Cobrança Internacional de Alimentos e outras formas de manutenção da família, além do Protocolo Adicional sobre a Lei Aplicável às obrigações alimentares.**

A decisão de elaborar-se uma nova Convenção de Alimentos foi tomada durante a 19ª Sessão da Conferência, realizada em 22 de junho de 2001. Conforme constou da ata dos trabalhos, decidiu-se incluir na agenda a preparação de uma nova Convenção de Alimentos "com base nas convenções da Haia já existentes sobre o assunto, mas que inclua regras relativas à cooperação judicial e administrativa".

Trabalhos preparatórios

As reuniões para a nova Convenção de Alimentos se iniciaram em 2003. Entretanto, o Brasil somente começou a participar da discussão sobre a nova Convenção em 2004, quando enviou Delegação para participar da 2ª Reunião da Comissão Especial, ocorrida em junho daquele ano. Após essa reunião ocorreram mais três, no total de cinco reuniões, tendo o Brasil enviado Delegações a todas elas.

Para a 5ª reunião, realizada entre 8 e 16 de maio de 2007, a Delegação brasileira foi composta por várias autoridades, devendo-se registrar que pela **primeira vez o Poder Judiciário brasileiro foi convidado a enviar representante** para o acompanhamento dos trabalhos de elaboração da nova Convenção de Alimentos.

Em prosseguimento aos trabalhos iniciados pela Delegação Brasileira na 5ª Reunião, foram realizadas duas reuniões de coordenação com seus membros, no Ministério das Relações Exteriores do Brasil – MRE e uma reunião com membros do Mercosul:

Reunião realizada no Ministério das Relações Exteriores, em 22 de agosto de 2007.

Participantes:
- Diretor da Divisão Jurídica do MRE em exercício, Secretário Leandro Moll
- Diretora do DRCI, Dra. Maria Rosa Loula, acompanhada de 02 (dois) assessores do seu departamento
- Dra. Nádia de Araújo, especialista convidada e consultora do Ministério da Justiça
- Juíza Federal Mônica Sifuentes, por indicação do Supremo Tribunal Federal

Reunião realizada no Ministério das Relações Exteriores, em 24 de outubro de 2007.

Participantes:
- Diretor da Divisão Jurídica do MRE em exercício, Secretário Leandro Moll
- Dr. Boni Morais Soares, da Seção de Cooperação Jurídica Internacional do DRCI
- Juíza Federal Mônica Sifuentes, por indicação do Supremo Tribunal Federal

Reunião dos membros do Mercosul

Participantes:
- Representantes do DRCI, do Ministério da Justiça, e do Ministério das Relações Exteriores. Para essa reunião o Poder Judiciário não foi convidado.

Participantes

A Delegação brasileira foi composta pelas seguintes autoridades:

- Embaixador Gilberto VERGNE SABOIA, Embaixada do Brasil na Haia;
- Dr. Romeu TUMA JUNIOR, Secretário Nacional de Justiça, Ministério da Justiça;
- Dr. Boni MORAIS SOARES, da Seção de Cooperação Internacional Civil do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça;
- Dr. Pedro Marcos de CASTRO SALDANHA, Primeiro Secretário, Embaixada do Brasil na Haia;
- Dr. Leandro de OLIVEIRA MOLL, Segundo Secretário, Divisão Jurídica, Ministério das Relações Exteriores;
- Dr. Paulo Henrique RIBEIRO ZERBINATTI, Terceiro Secretário, Divisão Jurídica, Ministério das Relações Exteriores.

Participação, na condição de observadoras:

- Dra. Mônica SIFUENTES, Juíza Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal e Juíza de Enlace para a Convenção da Haia de 1980;
- Dra. Nádia DE ARAÚJO, Professora, Procuradora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Estavam presentes à 21ª Sessão Diplomática delegações de quase uma centena de países, Comunidade Européia e do Parlamento Europeu, além de vários observadores internacionais e Organizações não Governamentais, como o Secretariado do Reino Unido, Associação Internacional de Direito de Família, Associação Internacional de Mulheres Juízas, Associação Internacional dos Advogados, Associação Internacional de Defesa das Crianças, Serviço Social Internacional e outros.

Participação do Poder Judiciário

A participação de representante do Poder Judiciário no âmbito da Delegação brasileira foi positiva. Foram apresentadas propostas para compatibilizar o teor das votações, não apenas com o ordenamento jurídico brasileiro mas, principalmente,com a aplicação interna pelo Poder Judiciário.

A participante deu atenção especial à redação originalmente prevista para o artigo 20 da Convenção, que tratou dos procedimentos de reconhecimento e execução das decisões estrangeiras. Buscou demonstrar, com o apoio inicial do representante da Consultoria Jurídica do Itamaraty, Dr. Fernando Messere, que a redação original não poderia prevalecer, sob pena de grave lesão ao ordenamento jurídico interno, sobretudo aos princípios constitucionais da defesa e do contraditório.

Convenções da Haia ainda não ratificadas pelo Brasil, que interessam ao Judiciário

Atualmente, 4 (quatro) convenções estão sendo analisadas pelo Ministério da Justiça do Brasil, para futura adesão:

- Convenção que suprime a exigência de legalização de atos estrangeiros, 1961;
- Convenção para a notificação de atos judiciais e extrajudiciais no exterior em matéria civil e comercial, 1965;
- Convenção sobre a obtenção de provas no estrangeiro, 1970;
- Convenção para a facilitação do acesso à justiça no plano internacional, 1980.

Há ainda a Convenção de proteção a criança, de 1996, em análise pela Comissão Latino-americana, da qual faz parte o Juiz Jorge Maurique.

Resultados da 21ª Conferência

A recém-aprovada Convenção de Alimentos buscou a efetivação da obrigação alimentar mediante a adoção de mecanismos mais ágeis, essenciais para a proteção da criança, que deles necessita para a sua própria sobrevivência.

2.4.3.3. 1º Congresso de Serviços de Saúde do Poder Judiciário

O STF participou da organização do 1º Congresso de Serviços de Saúde do Poder Judiciário, realizado no período de 8 a 11 de maio de 2007, com o tema "*Promoção de Saúde: Uma abordagem interdisciplinar*".

Servidores da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde se destacaram no evento, com a apresentação de 5 trabalhos e atuação em 4 atividades científicas.

Trabalhos apresentados

1) "Prevalência de Aleitamento Materno do STF antes e após a criação do Berçário" (Seção de Assistência Materno-Infantil);
2) "Consumo de medicamentos: dados para uma análise crítica" (Seção de Assistência Odontológica);
3) "Aspectos evidenciadores da importância do atendimento interdisciplinar em saúde bucal" (Seção de Assistência Odontológica);
4) "O papel do psicólogo em equipe multiprofissional nos serviços de saúde de um órgão público do poder judiciário" (Seção de Saúde Funcional);
5) "Eficácia da imunização contra a gripe em 2006" (Seção de Assistência Ambulatorial);
6) "Síndrome de Burnout em servidores forenses" (Seção de Assistência Ambulatorial).

Atividades científicas

1) “O desafio da interdisciplinaridade” - Moderadora: Máyra Valle Ramos;
2) “Farmacologia para dentistas” - Coordenadora: Dra. Cláudia Torres L. Silveira;
3) “Plano de saúde – apresentação de modelos” - Modelo do STF : David Duarte Amaral;
4) “Saúde mental. Como promover?” - Coordenador: Dr. Osmar Willian Vieira.

2.4.3.4. Retrato do Ministro Nelson Jobim

O retrato do Excelentíssimo Senhor Ministro Nelson Jobim foi inaugurado em 19 de agosto, na galeria dos ex-presidentes do Supremo Tribunal Federal, localizada no Salão Branco. A homenagem segue uma tradição realizada pela Corte, quando o sucessor inaugura a foto do presidente anterior.

2.5. Pessoal

2.5.1. Criação de cargos efetivos

O Projeto de Lei nº. 7.507/2006, que cria 185 cargos de Analista Judiciário e 77 de Técnico Judiciário no Quadro de Pessoal da Secretaria do STF, foi encaminhado à sanção presidencial, em 10 de dezembro de 2007, pelo Senado Federal. O presente Projeto foi aprovado pela Câmara e Senado sem alterações no texto original.

2.5.2. 9º STF-Mix

Aconteceu de 19 a 26 de outubro o 9º STF-Mix com o tema “A magia do seu Talento”. Nesse período ocorreram diversas atividades, tais como: shows musicais e de mágicas, peças teatrais, saraus, exposição, oficinas e outras. Também foi realizado, em parceria com a Agenda Ambiental STF, o plantio de 1.000 mudas de árvores típicas do cerrado no Parque da Cidade.

2.5.3. Banco de Talentos

Foi implantado o Banco de Talentos, sistema informatizado que congrega informações relativas às competências profissionais dos servidores do STF. Visa aprimorar procedimentos de gestão do capital intelectual do Tribunal e de alocação de pessoal.

2.5.4. Banco de Oportunidades

Implantado o Banco de Oportunidades, criado para conhecer o interesse de servidores motivados por novos desafios. O objetivo desse cadastramento é conciliar as eventuais necessidades das unidades do STF ao interesse dos servidores.

2.5.5. Eventos de Capacitação 2007

Os treinamentos realizados em 2007 objetivaram o desenvolvimento dos servidores para aprimorar o desempenho de suas atribuições. Foram disponibilizados cursos em diversos horários para possibilitar a participação do maior número de servidores. No total, foram 107 eventos, sendo 22 internos e 85 externos. Foram treinados 454 servidores.

2.5.6. Programa de Acompanhamento Funcional

Iniciado em abril, o programa tem como objetivo fornecer suporte e acompanhamento nos casos de inadaptação de servidor em sua unidade de lotação, necessidade de orientação às chefias, prevenção de inadequações em processos de avaliação de desempenho, entre outras. Com o programa, busca-se favorecer lotações duradouras, atentar para a qualidade de vida do servidor, e proporcionar incrementos gerenciais para processos adequados e justos de gestão de desempenho de servidores.

2.5.7. Adicional de Qualificação

Em 5 de fevereiro, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de regulamentação da Lei nº. 11.416, de 15/12/2006, nos termos do conjunto de normas apresentado pela Senhora Presidente, que foi resultado de trabalho desenvolvido por Comissão Interdisciplinar formada por servidores do STF, dos Tribunais Superiores e do TJDFT.

Foi regulamentado por meio da IN 51, de 13 de junho de 2007, o Adicional de Qualificação – AQ (Lei 11.416), que se destina aos servidores do Quadro de Pessoal, ocupantes de cargo efetivo, em razão de conhecimentos adquiridos em ações de treinamento e cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, em áreas de interesse do Supremo Tribunal Federal.

Em 2007, 193 servidores receberam AQ por pós-graduação, sendo 16 com mestrado e 177 com especialização. Quanto ao AQ por ações de treinamento, 416 servidores foram beneficiados.

2.5.8. Campanha de vacinação de servidores

Em 8 de maio, a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde iniciou a campanha de vacinação de 2007 contra o vírus da gripe. A campanha com o

título de “Gripe – Uma preocupação mundial” é realizada no STF desde 1999, ano em que o Ministério da Saúde realizou, pela primeira vez, a campanha de vacinação de idosos. Foram realizadas 603 vacinações.

Uma pesquisa realizada pelo Tribunal mostra que a eficácia da vacina tem crescido a cada campanha realizada. Em 1999, por exemplo, o registro era de 66% de eficácia (pessoas vacinadas que não tiveram gripe durante o ano). Ao longo dos anos, esse índice passou para 72%, 78% e, no ano passado, atingiu o máximo de 92%.

2.5.9. Honra ao mérito de servidores do STF

Em 29 de outubro, no Salão Branco do Supremo Tribunal Federal, foram homenageados os servidores do Tribunal que se destacaram pela dedicação ao trabalho e pelo relacionamento com a equipe no biênio 2005/2007. Na ocasião, 34 servidores, eleitos pelos próprios colegas, receberam a medalha “Mérito do Servidor do STF”.

3 Sociedade

3.1. Celebrações do Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil

Em 10 de maio, no início da sessão Plenária da Corte, a Presidente lançou oficialmente as celebrações do Bicentenário do Judiciário Independente do Brasil e anunciou diversas iniciativas para divulgar aos cidadãos a história, a importância, o desenvolvimento e a atuação do Poder Judiciário. O calendário de eventos e ações comemorativas se encerrará em 10 de maio de 2008, quando se completam duzentos anos da expedição do alvará que elevou a "Relação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro" a "Casa de Suplicação do Brasil" – última instância judiciária, sem mais atuação da Casa de Suplicação de Lisboa.

3.1.1. Eventos de destaques às celebrações do Bicentenário

3.1.1.1. Exposição "As Constituições Brasileiras"

O Supremo Tribunal Federal, enquanto Corte Constitucional e depositário de todas as Constituições, promoveu a exposição "As Constituições Brasileiras" em comemoração ao Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil.

A abertura ocorreu em 23 de maio e teve a presença do Presidente e do Vice-Presidente da República, do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados, entre outras autoridades.

Foram expostas sete Constituições brasileiras, divididas entre as sedes dos Três Poderes: as Cartas de 1824 e 1891, no Edifício Sede do STF; as de 1934, 1937 e 1967, no Palácio do Planalto; e as Constituições de 1946 e 1988, no Congresso Nacional. Além das Cartas Magnas do Brasil, a mostra incluiu acessórios, móveis, quadros e documentos que contextualizam as constituições de acordo com a época em que foram concebidas.

A exposição demonstrou, de forma didática, a presença da carta magna na vida dos cidadãos, na vida política da nação e o seu significado para a evolução histórica do Brasil. Desse modo, a mostra aproximou e ampliou o conhecimento da sociedade em relação ao Poder Judiciário.

3.1.1.2. Colóquio Internacional de Direito e Economia

Em 23 de maio, o Supremo Tribunal Federal sediou a primeira edição do Colóquio Internacional de Direito e Economia, que promoveu diálogo enriquecedor entre o poder judiciário e os membros da academia sobre a análise

econômica do direito. O diálogo entre juristas e economistas é considerado fundamental para promover avaliação do impacto da edição de novas leis ou da repercussão de decisões judiciais no desenvolvimento econômico do país.

O Colóquio foi organizado em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Direito e Economia (Clacde). Foram abordados os temas: A importância da Análise Econômica do Direito para o Judiciário; A Análise Econômica dos Contratos e do Direito de Propriedade; O Judiciário, a Constituição e Desenvolvimento; presididas pelo ministro Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, respectivamente.

Conferencistas:

- Andres Roemer, professor da Academia Mexicana de Direito e Economia
- Armando Castelar, IPEA
- Décio Zylbersztajn, Universidade de São Paulo (FEA-USP).
- Francisco Reyes Villamizar, Louisiana State University
- Frank Buckley, George Mason Law & Economics Center
- Henry Manne, George Mason University
- Jairo Saddi, IBMEC
- Nuno Garoupa, Universidade Nova de Lisboa
- Rachel Sztajn, Universidade de São Paulo
- Robert Cooter, Universidade da Califórnia em Berkeley



3.1.1.3. I Ciclo de Palestras "A Práxis do Controle de Constitucionalidade na Atualidade"

Foi dado início ao I Ciclo de Palestras "A Praxis do Controle de Constitucionalidade na Atualidade", em comemoração ao Bicentenário do Judiciário Independente do Brasil. O Ciclo prevê a realização de dez palestras com representantes de cortes supremas de diversos países. Em 2007, foram realizadas sete palestras.

1ª Palestra
Presidente da Corte Constitucional Portuguesa, Juiz Rui Manuel de Gens de Moura Ramos.

2ª Palestra
Presidente da Suprema Corte de Justiça do Uruguai, Ministra Sara Bossio.

3ª Palestra
Ministro da Suprema Corte do Paraguai, José Raul Torres Kirmser.

4ª Palestra
Presidente do Tribunal Constitucional do Chile, Ministro José Luis Cea Egaña.

5ª Palestra
Membro da Corte Constitucional da Áustria, Ministro Herbert Haller.

6ª Palestra
Presidente da Suprema Corte da Argentina, Ministro Ricardo Luis Lorenzetti.

7ª Palestra
Presidente da Suprema Corte do Canadá, Ministra Beverley McLachlin.

3.1.1.4. Memória Jurisprudencial

Em 27 de junho, foram lançadas as primeiras quatro obras da Coleção Memória Jurisprudencial – uma série de livros com a análise da jurisprudência mais relevante produzida por ministros do STF. Os volumes foram dedicados aos ministros Castro Nunes, Pedro Lessa, Victor Nunes e Aliomar Baleeiro.

A coletânea foi produzida a partir de levantamento realizado pela Secretaria de Documentação, com a análise de juristas convidados para concretizar o estudo. Além da análise jurisprudencial assinada por Samantha Ribeiro Meyer-Pflug, Fernando Dias Menezes de Almeida, José Levi Mello do Amaral Júnior e Carlos Bastide Horbach, cada livro possui um apêndice com acórdãos das decisões.

Em 11 de outubro, foi lançado, no Salão Branco do STF, o quinto volume, que é centrado nas decisões do ministro Orozimbo Nonato. O autor do quinto volume é Roger Stiefelmann Leal.

3.1.1.5. Anuário da Justiça

Em 29 de agosto, foi lançado o “Anuário da Justiça 2007”, em comemoração aos 200 anos do Judiciário independente brasileiro. A publicação, de autoria da Revista Consultor Jurídico e parceria com FAAP, facilita a compreensão do sistema judiciário brasileiro a partir da análise do funcionamento dos tribunais superiores e do Supremo Tribunal Federal, além de destacar o perfil dos ministros que compõem os tribunais, com as respectivas convicções e tendências. A tiragem foi de 35 mil exemplares.

A publicação apresenta uma análise geral dos julgamentos do STF e destaca uma pesquisa inédita sobre Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs). O levantamento mostra que, a cada dez leis federais contestadas, seis são inconstitucionais.

3.1.1.6. Exposição Rugendas

Em 26 de setembro, a Exposição Rugendas, composta por obras do álbum “Viagem pitoresca através do Brasil", foi inaugurada pela Presidente do Tribunal. Foram expostas 50 litogravuras, oito aquarelas, além de cinco peças reproduzidas em “canvas”, suporte similar a uma tela, reunidas pela curadora Alcina Morato. A amostra apresenta trabalhos contemporâneos à instituição do Judiciário independente.

3.1.1.7. Jornada de Direito Luso-Brasileira

De 17 a 19 de outubro, o Tribunal promoveu o Encontro Luso-Brasileiro, organizado em parceria com o Instituto de Direito Brasileiro da Faculdade de Direito de Lisboa. O evento compôs as comemorações do projeto Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil, com diversas palestras de renomados juristas brasileiros e portugueses.

Ilustres representantes da magistratura portuguesa

Ana Maria Guerra Martins, membro do Tribunal Constitucional de Portugal
Conselheiro *Ferreira Girão*, membro do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal
Doutor *Jorge Miranda*, Presidente do Instituto de Direito Brasileiro da Universidade de Lisboa
Doutora *Paula Costa e Silva*, Professora da Faculdade de Direito de Lisboa
Juiz Conselheiro *Salreta Pereira*, membro do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal
Doutor *Sergio Poças*, Sub-Diretor do Centro de Estudos judiciários de Portugal
Doutor *Eduardo Vera-Cruz Pinto*, Professor da Faculdade de Direito de Lisboa

3.1.1.8. Fórum Permanente de Cortes Supremas do Mercosul

O Fórum Permanente de Cortes Supremas do MERCOSUL para questões jurídicas de relevância à integração latino-americana realizou, nos dias 8 e 9 de novembro, o 5º Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL, na Sala de Julgamentos da Primeira Turma.



Durante a abertura do evento no Palácio do Itamaraty, com a presença de diversas autoridades da República — dentre elas o Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, e do Ministro Tarso Genro, da Justiça —, foi lançado o livro "Encontros de Cortes Supremas: Desafios e Perspectivas no Processo de integração do MERCOSUL". Essa publicação contém as palestras e os documentos produzidos do 1º ao 4º Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL.

Este ano, os temas do Encontro foram: a questão previdenciária no processo de integração e o avanço da cooperação judicial no MERCOSUL. Foram proferidas palestras por representantes dos Ministérios da Previdência dos respectivos países do MERCOSUL, da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Tribunal de Justiça das Comunidades Européias.

A reunião dos Presidentes das Cortes Supremas do MERCOSUL resultou na assinatura dos seguintes documentos:

(1) Declaração do Fórum Permanente de Cortes Supremas do Mercosul e Associados. Esta Declaração foi motivada pela existência de pressões contra o Poder Judiciário em determinados países do Continente e foi emitida para a reafirmação de que "apenas um Poder Judiciário independente e com meios apropriados pode garantir o respeito das instituições, dos direitos fundamentais dos habitantes e da segurança jurídica" e que "é dever dos demais poderes dos Estados respeitar a garantia da inamovibilidade dos juízes em seus cargos, e a autonomia do Poder Judiciário".

(2) Acordo de Cooperação para o Intercâmbio de Informações e de Publicações Através da Utilização de um Banco de Dados de Jurisprudência do MERCOSUL. Este acordo possibilitou que o site do Fórum Permanente receba os bancos de dados de jurisprudência constitucional das Cortes Supremas do

MERCOSUL, com a finalidade de possibilitar que a jurisprudência de cada país esteja disponível para a consulta dos demais de forma simultânea, proporcionando, assim, uma visão comparativa do direito constitucional dos países do Bloco. O acordo também prevê que o Banco de Dados armazenará as decisões proferidas por juízes nacionais que se refiram à normativa do MERCOSUL, buscando-se, deste modo, a verificação da aplicação das normas do MERCOSUL pelo poder judiciário de cada país.

(3) Projeto Teixeira de Freitas - Acordo com Vistas à Implantação e à Execução do Programa de Estímulo à Cooperação e ao Intercâmbio na Área do Direito no Mercosul. Este acordo prevê a execução das seguintes ações: a) mobilidade de estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e pesquisadores na área do Direito entre os países da região; b) a cooperação no campo da formação continuada a distância, com o aproveitamento de recursos das tecnologias de teleconferência e da internet; e c) divulgação de trabalhos e materiais de interesse dos profissionais da área em todos os países.

(4) Declaração do 5º Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL e Associados. Este documento registrou a contribuição do Fórum Permanente para alcançar a participação funcional dos órgãos judiciários dos Estados-Partes, reiterou o compromisso com o aperfeiçoamento dos judiciários nacionais e recomendou diversas ações para a implementação dos acordos assinados.

É importante ainda salientar que, no 5º Encontro, foi apresentado, oficialmente, o sítio eletrônico do Fórum de Cortes Supremas do MERCOSUL, disponível nos idiomas português e espanhol. O sítio contém, dentre outras informações, os documentos já produzidos pelo Fórum, os dados dos Encontros já realizados, as Constituições dos Países participantes. Além de dar transparência e acessibilidade a todos sobre as atividades do Fórum, a grande inovação do sítio é o Banco de Jurisprudência do MERCOSUL, criado nos termos do já mencionado Acordo de Cooperação para o Intercâmbio de Informações e de Publicações.

Por fim, cabe registrar que o Supremo Tribunal Federal, representado pelo Ministro Carlos Britto, participou da Reunião Preparatória do 5º Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL, realizada nos dias 19 e 20 de agosto, em Assunção, Paraguai.

Cortes Supremas do MERCOSUL:

Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina - Ricardo Luis Lorenzetti
Supremo Tribunal Federal do Brasil - Ellen Gracie Northfleet
Corte Suprema de Justiça da República do Paraguai - Antonio Fretes
Suprema Corte de Justiça da República Oriental do Uruguai - Sara Bossio Reig

Cortes Participantes:

Corte Suprema de Justiça da Bolívia - Angel Irusta Pérez
Tribunal Constitucional do Chile - Juan Colombo Campbell
Corte Suprema de Justiça da Colômbia - Sigifredo de Jesús Espinosa Pérez
Tribunal Constitucional do Peru - Fernando Calle Hayen
Tribunal de Justica da Comunidade Andina - Oswaldo Salgado Espinoza

3.1.1.9. Ação Justiça

Em 8 de dezembro, Dia da Justiça, o STF promoveu o evento “Ação Justiça”, realizado no âmbito das comemorações do Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil.

Voltado à população brasiliense, o evento ofereceu a oportunidade, àqueles que não podem pagar advogado, de receber orientação e sanar dúvidas.

Para as crianças, promoveram-se diversas atrações gratuitas, como brinquedoteca, pintura de rosto, recreação, contadores de estória e distribuição de pipoca e algodão doce.

A saúde dos adultos também recebeu atenção especial no “Circuito de saúde” das tendas do Sesi, montadas no local. Foram realizados exames para verificar a taxa de glicose, a pressão arterial e o nível de colesterol. Também foi prestado atendimento odontológico com escovação orientada, aplicação de flúor e distribuição de kit escovação.

O evento também foi oportunidade de conhecer mais sobre a competência e o funcionamento da Justiça brasileira. Nos estandes, entidades parceiras realizaram pequenas palestras para explicar aos visitantes o trabalho que realizam. Foram distribuídas cartilhas explicativas, transmitidos vídeos institucionais e, ainda, lançadas campanhas relacionadas ao Judiciário. Na ocasião foram distribuídos 5 mil exemplares de Constituição Federal.

Durante todo o dia, foram realizadas apresentações culturais com bandas de reggae, rock, música instrumental, música popular brasileira, dança, capoeira, mímica e apresentação folclórica.

Ao todo, participaram 20 entidades relacionadas aos profissionais do Poder Judiciário, além da Confederação Nacional da Indústria/Sesi e do Governo do Distrito Federal. O Banco do Brasil patrocinou o evento.

3.1.1.10. Documentos Históricos

Em 1º de junho, a Secretaria de Documentação do STF, em parceria com o Arquivo Nacional, iniciou um estudo sobre os documentos históricos da Casa da Suplicação e do Supremo Tribunal de Justiça, entre outros órgãos que compõem a história do Judiciário, como os Tribunais da Relação.

O acordo foi firmado com o objetivo de conhecer os diversos documentos desde o período imperial, pois nunca foram antes analisados e organizados. A idéia é traçar um perfil de todos os documentos históricos que tratam dos processos mais importantes julgados naquela época.

Uma equipe de dez pessoas das áreas de história, arquivologia e ciências sociais começou a trabalhar com os documentos para separá-los e

organizá-los. Após esse trabalho, haverá a digitalização dos processos para que sejam disponibilizados ao público por meio da internet, como já foi feito com os principais processos julgados pelo STF. A previsão é de que esta primeira fase de classificação demore um ano para ser concluída.

3.1.1.11. Concursos de Monografia e Fotografia

O Supremo Tribunal Federal lançou, em 10 de maio, concursos nas áreas de fotografia e de monografia. A iniciativa fez parte do projeto ”Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil”.

O concurso de monografia teve por objetivo estimular o debate e a reflexão em torno da história do Judiciário e do direito no Brasil, assim como incentivar estudantes e bacharéis a pesquisarem a evolução da justiça no país. Foram definidas duas categorias – graduados e universitários, de qualquer curso. Foram definidos quatro temas: Os Tribunais da Relação no Brasil; A Justiça no Brasil: da Casa da Suplicação até a criação do Supremo Tribunal de Justiça (1808-1828); A história da Corte Suprema no Brasil: de 1828 até os dias atuais; e, 200 anos do Judiciário Independente no Brasil: História e Perspectivas.

O concurso de fotografia buscou incentivar a reflexão sobre o papel da justiça no Brasil e também a expressão, por meio de imagens, da percepção que se tem do Poder Judiciário. O tema para este concurso é Um olhar sobre o Poder Judiciário no Brasil. Os trabalhos selecionados formaram exposição ora em exibição no Salão dos Bustos e serviram para ilustrar o calendário 2008.

3.1.1.12. Semana Nacional de Conciliação

A segunda edição da Semana de Conciliação, de 03 a 07 de dezembro, que tem por objetivo promover uma justiça acessível, efetiva, simples e informal, teve impacto em diversos tribunais pelo Brasil, em diversas instâncias.

Na Justiça Federal da 1ª Região, o Movimento pela Conciliação atingiu cerca de 70,44% de acordos, conforme os dados parciais registrados. Das 6.945 audiências marcadas até o dia 8, foram realizadas 6.157, e efetuados 4.337 acordos.

Os dados totais da Semana em Minas refletem o alcance do evento, pois foram atendidas 44.671 pessoas, em 15.877 audiências cíveis e 4.288 criminais, e negociados R$31.851.519,52 em 6.517 acordos. O índice de êxito nas conciliações foi de 41,05%.

Em todas as 27 Varas do Trabalho do Estado e na sede do TRT, em João Pessoa, foram marcadas 524 audiências e em 330 houve conciliação, resultando em pagamentos de dívidas trabalhista que somaram R$ 17,722 milhões (R$ 17.722.780,07). Foram atendidas 944 pessoas.

3.1.2. Cronograma dos eventos comemorativos do Bicentenário

Maio

Dia 10 - Sessão Plenária Extraordinária de abertura das comemorações do Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil 1808-2008 (STF)

Dia 16 - 4º Riaej - Encontro de Rede Ibero Americana da Rede de Escolas Judiciais (AMB - Búzios/RJ)

Dia 23 - Início da exposição "As Constituições Brasileiras" em parceria com a FAAP – Local: STF, Congresso Nacional e Palácio do Planalto

- Colóquio Internacional de Direito e Economia (STF) – Local: Sala de Sessões da 1ª Turma - STF

Dia 30 - XXI FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Especiais (AMB - Vitória/ES)

Dia 31 - Ciclo de Palestras "A Práxis do Controle de Constitucionalidade na Atualidade" - 1ª palestra - Presidente da Corte Constitucional Portuguesa, Juiz Rui Manuel de Gens de Moura Ramos. Local: Sala de Sessões da 1ª Turma - STF

Junho

Dia 22 - Ciclo de Palestras "A Práxis do Controle de Constitucionalidade na Atualidade" - 2ª palestra - Presidente da Suprema Corte de Justiça do Uruguai, Ministra Sara Bossio. Local: Sala de Sessões da 1ª Turma - STF

Dia 26 - Abertura das inscrições do I Concurso Nacional de Fotografia do STF

- Abertura das inscrições do I Concurso Nacional de Monografias do STF

Dia 27 - Cerimônia de Inauguração da Rádio Justiça 104,7 FM-Brasília e do novo Centro de Transmissão. Local: STF

- Lançamento da Coleção "Memória Jurisprudencial", com os quatro primeiros títulos: "Ministro Victor Nunes Leal", "Ministro Aliomar Baleeiro", "Ministro Castro Nunes" e "Ministro Pedro Lessa". Local: STF

Agosto

Dia 15 - Cerimônia de Inauguração da TV Justiça em sinal aberto - canal 53 UHF/Brasília. Local: Salão Branco - STF

Dia 16/17 - Encontro Nacional da Rádio e TV Justiça. Local: Sala de Sessões da 2ª Turma - STF.

Dia 29 - Lançamento do Anuário da Justiça 2007 (Autoria: Revista Consultor Jurídico) - Local: STF - Anexo II - Praça dos Servidores

Setembro

Dia 5 - III Encontro Nacional de Juízes Estaduais (AMB - São Luís/MA)

Dia 18 - Lançamento do novo portal do Supremo Tribunal Federal

- Lançamento do sítio da Rádio Justiça / Radioagência

Dia 21 - Ciclo de Palestras "A Práxis do Controle de Constitucionalidade na Atualidade"- 3ª palestra - Ministro da Suprema Corte do Paraguai, José Raul Torres Kirmser. Local: Sala de Sessões da 1ª Turma - STF

Dia 26 – Inauguração da Exposição Rugendas. Local: Salão de Bustos - STF (Exposição aberta até dia 25/11/2007)

Dia 27 - Ciclo de Palestras "A Práxis do Controle de Constitucionalidade na Atualidade" - 4ª palestra - Presidente do Tribunal Constitucional do

Chile, Ministro José Luis Cea Egaña. Local: Sala de Sessões da 1ª Turma - STF

Outubro

Dia 11 - Lançamento da 2ª edição do livro "O Supremo Tribunal Federal e a Construção da Cidadania", de autoria da professora Emília Viotti e do 5º volume da Coleção Memória Jurisprudêncial com decisões do ministro Orozimbo Nonato. Local: Salão Branco - STF

Dia 16 - Ciclo de Palestras "A Práxis do Controle de Constitucionalidade na Atualidade" - 5ª Palestra - Membro da Corte Constitucional da Áustria, Ministro Herbert Haller. Local: Sala de Sessões da 1ª Turma - STF

Dia 18 - Sessão Solene no TST em comemoração ao Bicentenário do Poder Judiciário Independente no Brasil

Dia 18/19 - Encontro Luso-Brasileiro. Local: Hotel Grand Bittar, Brasília

Dia 29 - 24º Encontro Nacional de Juízes Federais do Brasil (AJUFE - Rio de Janeiro/RJ)

Novembro

Dia 8/9 - V Encontro das Cortes Supremas do Mercosul. Local: Palácio do Itamaraty (Abertura) e Sala de Sessões da 1ª Turma - STF

Dia 8 - Ciclo de Palestras "A Práxis do Controle de Constitucionalidade na Atualidade" - 6ª Palestra - Membro da Presidente da Suprema Corte da Argentina, Ministro Ricardo Luis Lorenzetti. Local: Sala de Sessões da 1ª Turma - STF

Dia 20 - Ciclo de Palestras "A Práxis do Controle de Constitucionalidade na Atualidade" - 7ª Palestra - Presidente da Suprema Corte do Canadá, Ministra Beverley McLachlin. Local: Sala de Sessões da 1ª Turma - STF

Dezembro

Dia 6 - Seminário Perspectivas para Justiça Brasileira (STF/AMB). Local: Sala de Sessões da 1ª Turma - STF

Dia 8 - Semana Nacional da Conciliação
- Realização do "Ação Justiça e Cidadania"

Dia 12 - Entrega dos prêmios aos vencedores do I Concurso Nacional de Fotografia do STF
Abertura da Exposição Fotográfica com fotos do I Concurso Nacional de Fotografia do STF

3.2. TV Justiça em sinal aberto

Em cerimônia realizada em 15 de agosto no Salão Branco, foi inaugurado o primeiro canal da TV Justiça com sinal aberto. O canal 53/UHF passou a transmitir a programação para todo o Distrito Federal. A solenidade fez parte das comemorações do Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil e foi transmitida ao vivo pela própria TV Justiça.

Em 2007, foram realizados programas, entrevistas, reportagens e matérias jornalísticas voltadas para o esclarecimento das decisões judiciárias e seus termos, com linguagem simples e de fácil compreensão, buscando aproximar o cidadão do Poder Judiciário.

Além disso, a TV Justiça transmitiu, ao vivo, eventos de destaque e de interesse nacional, apresentados a seguir:

Sessão solene de abertura do ano judiciário;

Sessão solene de abertura do ano legislativo;

1º Seminário de Gestão da Informação Jurídica em Espaços Digitais;

Audiência pública sobre uso de células-tronco;

Lançamento do Sistema Integrado da população carcerária;

Implantação do processo eletrônico no STF;

Sessões plenárias de julgamento do Inquérito do Mensalão;

Sessão plenária do STF sobre Fidelidade Partidária;

Ação Justiça;

Semana Nacional da Conciliação.

3.3. Rádio Justiça

Em 29 de maio, a Rádio Justiça passou a operar na freqüência 104,7 MHz, com a concessão obtida de canal em FM. Para deixar a programação mais agradável e atrativa, antigos programas foram reelaborados e novos foram criados. Treze novos programas passaram a compor a programação, sendo seis jornalísticos e sete culturais. Os jornalísticos são Justiça Repórter, Hora Legal, Comunidade, Direito Privado, A Justiça Responde e Acesso Público, e os culturais são Justiça em cena, Na Trilha da Vida, No Tempo da Música, CineMúsica, Pro Verbo, Ondas Culturais e Platéia.

Em 18 de setembro, a Rádio Justiça inaugurou o novo portal na internet e com ele a Radioagência Justiça, um espaço que permite a postagem de programas, boletins e reportagens, disponíveis para download de qualquer colaborador e/ou emissora cadastrados. A Radioagência distribui o conteúdo das reportagens e boletins em onze editorias: STF, Trabalho, Saúde, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Eleitoral, Geral, Criminal, Infância e Juventude, Consumidor e Economia. As radionovelas e as reportagens especiais são postadas como poadcast. Até novembro, 110 emissoras já haviam se cadastrado na Radioagência.

Outra melhoria realizada foi a reforma do centro de transmissão da Rádio para adequar o espaço físico da Rádio Justiça tendo em vista e atendimento às novas demandas.

3.4. Premiações

3.4.1. Tecnologia da Informação

O Supremo Tribunal Federal recebeu três prêmios na área de Tecnologia da Informação, apresentados a seguir:

3.4.1.1. Prêmio Profissional de Tecnologia da Informação

Concedido ao Secretário de Tecnologia da Informação, pelo desenvolvimento de conjunto de ações em TI para oferecer mais transparência ao Poder Judiciário. O prêmio foi organizado pela empresa Plano Editorial que publica, entre outras, a revista Informática “Hoje”.

A premiação objetiva reconhecer o trabalho de pessoas que se destacam na criação de novas tecnologias e soluções em TI. Este ano, ele recebeu a edição 2007 do mesmo prêmio, concedido após uma comissão composta por 500 integrantes que elegerem as principais pessoas e instituições que se destacam no campo da tecnologia da informação em diversos segmentos. O STF foi premiado na categoria governo.

3.4.1.2. Prêmio TI & Governo

Prêmio conquistado pelo projeto Webservice RE-Eletrônico, que permitiu a tramitação dos recursos extraordinários em meio eletrônico. Os trabalhos foram classificados nas categorias e-Administração Pública, e-Serviços Públicos e e-Democracia. O STF venceu na categoria e-Administração Pública. Os critérios considerados na avaliação foram caráter inovador, relevância social e envolvimento de recursos humanos.

3.4.1.3. Prêmio Personalidade Mais Inovadora

Este prêmio é organizado pelo Instituto Sem Fronteiras e pela Sucesu (Associação de Usuários de Informática e Telecomunicações). É um concurso em nível nacional que premia executivos chefes de informática. São escolhidas as cinco personalidades mais inovadoras do Brasil na área de Tecnologia da Informação, dentro do setor governamental. A premiação ocorreu no dia 22 de setembro de 2007, em Arraial D’ajuda (BA).

O Supremo Tribunal Federal tem investido em sistemas para dar respostas à sociedade em relação à morosidade da Justiça. O STF é o único

tribunal no Brasil, do total de 94, que está preparado para o disposto na Lei 11.419/2006, que permitiu ao sistema judiciário receber e processar o julgamento de ações judiciais eletronicamente.

3.4.2. Comunicação Social

3.4.2.1. V Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

O Supremo Tribunal Federal foi premiado no V Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, realizado em 21 de novembro, em Vitória (ES), durante o Conbrascom 2007 – III Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça. As premiações foram obtidas nas categorias Programa de Rádio e Publicação Especial.

3.4.2.2. Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog

A TV Justiça recebeu menção honrosa na 29ª edição do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos pelo documentário Anjos da Justiça, que mostra o trabalho das promotoras legais populares cidadãs em Porto Alegre. O documentário foi exibido na emissora no dia 11 de agosto de 2007, quando a TV Justiça completou 5 anos.

3.4.2.3. Prêmio Anamatra de Direitos Humanos

Categoria Imprensa: TV Justiça com as edições especiais do Repórter Justiça sobre trabalho escravo e direito dos presos.

3.4.2.4. Prêmio Combate ao Trabalho Escravo 2007 - ANPT

3.4.2.5. IV Prêmio AMB de Jornalismo

Categoria Rádio: Cobertura Jornalística sobre um ano da Lei Maria da Penha.

3.4.2.6. 3ª edição Prêmio Mídia da Paz

3.5. "Acessibilidade – Siga essa idéia"

Em 21 de setembro, o Supremo Tribunal Federal assinou Termo de Adesão à campanha "Acessibilidade – siga essa idéia".

A campanha é promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), e tem por objetivo “a sensibilização, conscientização e mobilização da sociedade em prol da eliminação de todas as barreiras que impedem as pessoas com deficiência de exercerem o direito de ir e vir com liberdade”.

O Conade se propõe conquistar o envolvimento dos vários campos da sociedade como a iniciativa privada, organizações não-governamentais, imprensa e órgãos do governo para proporcionarem, através de ações inclusivas, a possibilidade das pessoas com deficiência de desfrutarem dos bens sociais de forma igualitária.

3.6. Agenda Ambiental

3.6.1. Semana Ambiental e Papel Reciclado

Com o objetivo de complementar a Agenda Ambiental da instituição, o Tribunal promoveu, de 21 a 28 de setembro, a Semana Ambiental do STF. O evento, voltado para os servidores, buscou divulgar critérios ambientais e, em especial, a adoção de papel reciclado pela Corte.

A Semana Ambiental contou com diversas atividades para desenvolver consciência e atitudes corporativas de responsabilidade sócio-ambiental nos servidores.

Ao inaugurar a Semana Ambiental do Supremo Tribunal Federal, dia 21 de setembro, a ministra Ellen Gracie, presidente da Corte, comunicou a adoção de papel reciclado em todos os gabinetes e seções do Tribunal. O Supremo é um dos mais de 400 órgãos públicos que estão engajados na busca permanente de novas formas de aprimorar a economia, a reutilização e a reciclagem no sistema público.

Algumas inovações eletrônicas têm contribuído para a redução do consumo de papel. Entre elas, estão a adoção do processo totalmente virtual, a utilização do Diário Oficial eletrônico, as citações e as intimações por meio eletrônico, a certificação digital, a requisição eletrônica de documentos instrutórios e o cumprimento de sentenças por meio da troca de bancos de dados.

3.6.2. 1.000 Sementes do Futuro

Em comemoração ao Dia do Servidor e ao Bicentenário da Justiça Independente, realizou-se, em 26 de outubro, o plantio de 1.000 mudas de árvores nativas do cerrado no parque Sarah Kubitschek. O plantio, efetuado por servidores e colaboradores do Tribunal, além de marcar a semana do servidor público, integrou as comemorações do Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil.